

Placas de final 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota

deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Placas de final 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota

deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021. (Fonte: Acorda Cidade)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: A Rainha FM - Senhor do Bonfim	
Data: 15/04/2021	Programa: Jornal Bonfinense
Assunto: Placas de final 3 e 4 têm desconto de 5% no <u>IPVA</u> 2021 até o fim do mês.	

Data: 15/04/2021

Hora: 12:37:54

Emissora: Rainha FM - Senhor do Bonfim (97,3 FM)

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Placas de final 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA 2021 até o fim do mês.

COVID-19 De acordo com o secretário da Saúde Fábio Vilas-Boas, são imunizantes da AstraZeneca/Oxford e Coronavac
Bahia receberá hoje lote com 396 mil doses de vacinas contra o novo coronavírus**RODRIGO AGUIAR**

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, afirmou ao A TARDE que um novo lote de vacinas contra a Covid-19 chegará ao estado na manhã de hoje. Em informe técnico, o Ministério da Saúde informa que serão enviadas à Bahia 396 mil doses de imunizantes, das quais 239 mil doses de AstraZeneca/Oxford, produzidas pela Fiocruz, e 157 mil da Coronavac, fabricadas pelo Instituto Butantan. Para Salvador, serão destinadas 45.480 doses, segundo o secretário municipal da Saúde, Leo Prates.

O quantitativo enviado à Bahia faz parte de um lote de 6,3 milhões de doses que serão distribuídas entre os estados – 3,8 milhões da AstraZeneca/Oxford e 2,5 milhões da Coronavac. A expectativa anterior de Vilas-Boas era que a Bahia recebesse 500 mil doses no novo lote. Além disso, o estado contava com a chegada da nova remessa ainda ontem.

A aplicação da primeira dose está suspensa em Salvador desde a última segunda-feira (12), por insuficiência de vacinas. Com a chegada da nova remessa, a imunização para novos grupos será retomada, em cronograma a ser divulgado pela gestão municipal.

Além de Salvador, outras cinco capitais estavam com a vacinação suspensa ontem por falta de imunizantes: Florianópolis, Goiânia, Maceió,



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 19.1.2021

A expectativa anterior do secretário estadual Fábio Vilas-Boas era que a Bahia recebesse 500 mil doses**A aplicação da primeira dose está suspensa em Salvador desde a última segunda-feira**

Rio Branco e João Pessoa. A capital paraibana também estava com a aplicação da segunda dose paralisada.

A demora no envio de um novo lote fez o prefeito Bruno Reis lamentar o “tempo perdido” no enfrentamento à Covid-19 na cidade. O gestor apontou que a capital baiana, líder em vacinação,

poderia estar ainda mais adiantada. Segundo a administração municipal, 15% da população soteropolitana já recebeu pelo menos uma dose da vacina.

“Chegando [as vacinas], de imediato vamos retomar o processo de vacinação em nossa cidade. Estamos há três dias sem vacina, e para

quem pode vacinar 18 mil a 20 mil pessoas em um dia, como já fizemos, imagine o quanto de tempo nós perdemos. Essa falta de regularização no recebimento só faz dificultar”, declarou.

Vilas-Boas, por sua vez, criticou o ritmo do processo, ao dizer que a vacinação tem ocorrido “gota a gota”. “Es-

peramos que o Ministério da Saúde possa ao longo dos próximos dias regularizar e aumentar a quantidade de vacinas enviadas. Tem sido muito constrangedor para nós ter que interromper a vacinação frequentemente por absoluta falta do envio de vacinas pelo Ministério da Saúde”, disse o secretário.

O ex-prefeito de Salvador ACM Neto também criticou o ritmo lento do governo federal no envio de vacinas. “Essa falta de planejamento do governo federal, que ocorre desde o início da pandemia, é um absurdo. Enquanto aqui o presidente se preocupa mais em manter uma postura negacionista, países como os Estados Unidos, Israel e Reino Unido avançam na vacinação, e Salvador é uma das cidades prejudicadas”, disse Neto. Para o ex-prefeito, “o governo federal erra mais do que acerta” na condução da crise sanitária.

O Ministério da Saúde informou que, com a nova remessa, ultrapassa a marca de 53,9 milhões de doses de vacinas distribuídas para todo o país desde o dia 18 de janeiro. Este será o 13º lote distribuído.

Segundo o informe técnico da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) da pasta, uma parcela dos imunizantes será aplicada como segunda dose em 100 mil moradores do Amazonas, beneficiados pelo Fundo Estratégico, criado em janeiro devido à situação epidemiológica local da época.

Rui anuncia prioridade de trabalhadores da educação**FERNANDO VALVERDE E REDAÇÃO**

O governador Rui Costa anunciou nas suas redes sociais que está garantida a prioridade para a vacinação contra Covid-19 dos trabalhadores da área da educação com 55 anos ou mais. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de ontem.

Além disso, Rui também informou que será ampliada a imunização dos policiais e trabalhadores de segurança e salvamento que passa a incluir quem tem entre 45 e 49 anos. Contudo, a vacinação realizada pelos municípios depende da chegada dos imunizantes.

“Por isso tenho cobrado celeridade do governo federal. Garantimos a Sputnik V e estamos lutando para que a Anvisa autorize a importação da vacina russa. Queremos salvar vidas”, ressaltou Rui.

Salvador

O anúncio da prioridade da vacinação dos trabalhadores da área da educação com 55 anos ou mais deve possibilitar o retorno breve das aulas presenciais nas unidades de ensino de Salvador.

Em coletiva de imprensa na manhã de ontem, o prefeito Bruno Reis (DEM) defendeu este retorno de forma breve logo após a imunização dos profissionais, o que pode acontecer já na próxima semana.

“Vamos tentar vacinar semana que vem. Já vacinando esse público mais vulnerável, vou defender esse



Rafael Martins / Ag. A TARDE / 6.4.2021

Além da área de educação, haverá ampliação na vacinação de policiais e seguranças

posicionamento de voltar com as aulas presenciais”, afirmou.

Bruno contestou ainda a posição do Ministério Público da Bahia (MP-BA), que pediu que a prefeitura de Salvador divulgasse os critérios sanitários e os índices epidemiológicos necessários para que o retorno das atividades presenciais nas escolas seja possibilitado.

Em comunicado o órgão apontou que: “É essencial a divulgação dos critérios técnico-científicos que orientam a tomada de decisão quanto à permanência ou não da suspensão das aulas presenciais, tendo em vista que a participação da comunidade escolar pressupõe o respeito à informação, devendo-se imperar o zelo para otimizar a publicidade das deliberações relacionadas ao exercício do direito à

educação”, algo que não foi bem-visto pelo prefeito, que afirma ter dado total transparência sobre os critérios que serão adotados.

“A gente fica sem entender essas posições, que não são do Ministério Público, mas de um ou outro promotor. Formamos um grupo para discutir os protocolos e eles foram validados. Já é de pleno conhecimento do Ministério Público dos protocolos e dos critérios que estabelecemos para a retomada da educação na nossa cidade”, afirmou o prefeito.

De acordo com Bruno, há um grupo formado para discutir o assunto com a chefe do MP-BA, a procuradora-geral Norma Cavalcanti, com o defensor público geral, Rafson Ximenes, e com outros representantes de órgãos públicos municipais e estaduais incluindo o gover-

nador Rui Costa (PT).

Vacinação

Em um post publicado nas suas redes sociais após a coletiva, o prefeito anunciou a aprovação da vacinação dos trabalhadores da educação de 55 anos. De acordo com o prefeito, a volta às aulas presenciais está condicionada à chegada de novas doses enviadas pelo Ministério da Saúde.

“Vamos poder voltar a educação de forma mais segura. Todos sabem o meu compromisso com essa bandeira, quero fazer de Salvador a primeira capital do Brasil também na educação, e é muito importante essa retomada. Em nenhum momento nós paramos, já que investimos em um sistema de educação tecnológico que se tornou referência no Brasil e que vai nos ajudar a reforçar a educação na nossa cidade”.

Disque Coronavírus registra mais de 345 mil chamadas**GABRIEL GALINDO**

Serviço da prefeitura, o Disque Coronavírus registrou mais de 345 mil chamadas em um ano e segue atendendo, gratuitamente, a população, 24h por dia, durante toda a semana. O papel da força-tarefa envolve serviços de informações e orientações a respeito do vírus (61,44% das ligações), solicitação de fiscalização (25,36%), denúncia (11,17%), reclamações (1,46%), sugestões (0,33%) e elogios (0,10%).

A importância do serviço tem sido muito grande para inibir vários descumprimentos de decreto nos momentos em que estão ocorrendo. Com isso, ajuda a evitar aglomerações e, consequentemente, a propagação da doença.

De acordo com a coordenadora de atendimento do Disque Coronavírus (160) e Disque Salvador (156), Flávia Ribeiro, tem uma equipe da Sedur (Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo) que trabalha especificamente na questão da poluição sonora e que vai ao local verificar se o descumprimento dos decretos está realmente ocorrendo.

“Tem sido feito de forma muito séria. A gente tem um número grande de demandas. Pedimos um pouco da paciência da população para que todas as demandas sejam atendidas”, disse.

Orientações

A maioria das solicitações é em busca de orientações e informações sobre a Covid. As mais buscadas são para combate, prevenção e onde fazer uma consulta.

Tirar dúvidas com o serviço

– diariamente orientado e atualizado pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) – sem precisar sair de casa e se expor, além de ajudar a denunciar o descumprimento de decretos, vem sendo um salva-vidas para a população, que até o final deste ano contará ainda com atendimentos via WhatsApp para facilitar o contato da população.

“Não dá para pensar na evolução dos serviços oferecidos pela ouvidoria sem ter um que disponibilize a solicitação de serviços municipais sem utilizar o WhatsApp. A ouvidoria vai continuar tentando se modernizar para o cidadão estar cada vez mais integrado”, explicou o ouvidor-geral do Disque Coronavírus, Jean Sacramento.

Na capital, os três bairros com maiores registros de solicitações são: Cajazeiras (4,06%), Pernambués (3,14%) e Itapuã (2,64%). A porcentagem de ligações feitas em relação à localidade, dentro das 345.891 chamadas realizadas do dia 16 de março de 2020 até o dia 14 deste mês.

Para o líder comunitário de Cajazeiras XI Augusto dos Santos, o motivo desta alta quantidade de ocorrências está na falta de cuidado da população local em relação ao uso de máscaras, higienização e aglomerações, que são constantemente presenciadas. “Preocupado e assustado. Eu e minha esposa temos quase 55 anos, ela tem hipertensão e pega todos os dias esses transportes cheios”, afirmou Augusto.

O atendimento costuma enfrentar maior demanda no começo da semana, a partir das 9h, que é quando o comércio abre.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@gruposatarde.com.br

CÂMBIO Dólar cai pelo terceiro dia seguido e fecha a R\$ 5,628

www.atarde.com.br/economia

DINHEIRO O reajuste consta do projeto da PLDO de 2022, enviado ontem ao Congresso Nacional

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.147 em 2022, sem aumento real

AGÊNCIA BRASIL E DA REDAÇÃO
Brasília

O salário mínimo em 2022 será de R\$ 1.147 e não terá aumento acima da inflação, anunciou o Ministério da Economia. O reajuste consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado ontem ao Congresso Nacional.

O reajuste segue a projeção de 4,3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para este ano. A estimativa também consta do PLDO.

Até 2019, o salário mínimo era reajustado segundo uma fórmula que previa o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes mais a inflação oficial do ano anterior. Desde o ano passado, o reajuste passou a seguir apenas a reposição do INPC, por causa da Constituição, que determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo.

Impacto no orçamento
Segundo o Ministério da Economia, cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R\$ 315 milhões no orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abo-

no salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo.

O valor do salário mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte.

Em 2021, o salário mínimo está em R\$ 1.100. Como o INPC do ano passado encerrou 2020 em 5,45%, puxado pela inflação dos alimentos, o valor do mínimo deveria ser R\$ 1.102, mas o governo até hoje não incorporou a diferença de R\$ 2 ao salário mínimo. Caso não faça isso antes do fim do ano, o resíduo será incorporado ao salário mínimo em 2022.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 50 milhões de pessoas no Brasil, das quais 24 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Para os anos seguintes, o governo propôs um salário mínimo de R\$ 1.188 em 2023 e de R\$ 1.229 em 2024.



Em 2021, o salário mínimo está em R\$ 1.100

Joá Souza / Ag. A TARDE / 25.2.2015

COMBUSTÍVEIS

Petrobras eleva preços do diesel e da gasolina nas refinarias

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Brasília

A Petrobras anunciou ontem aumentos de R\$ 0,10 (3,7%) no preço do diesel e de R\$ 0,05 (1,9%) no da gasolina. Os valores serão reajustados a partir de hoje nas refinarias da estatal, onde o litro do diesel passará a custar R\$ 2,76, e o da gasolina, R\$ 2,64.

A última mudança nos preços dos combustíveis ocorreu no sábado passado, quando a Petrobras havia anunciado uma redução de R\$ 0,08 no preço do diesel e mantido o preço da gasolina em R\$ 2,59.

Os reajustes de preços da Petrobras acompanham variações do valor dos combustíveis e do dólar no mercado internacional. Com isso, os aumentos ou reduções de preços ocorrem sem periodicidade definida, o que, segundo a estatal, permite competir de maneira mais eficiente e flexível.

Desde o início do ano, os preços acumulam alta tanto para a gasolina, que encerrou 2020 vendida a R\$ 1,84 nas refinarias, quanto para o diesel, que era negociado a cerca de R\$ 2 por litro.

A Petrobras afirma que os preços cobrados por suas refinarias têm "influência limitada" sobre o que é cobrado dos consumidores finais desses combustíveis.

CONJUNTURA

Serviços na Bahia têm pior fevereiro em 10 anos

MARCELO AZEVEDO

A Bahia registrou queda de 1,8% no volume do setor de serviços em fevereiro deste ano em relação ao mês anterior, sendo a terceira contração consecutiva do índice no estado. Na comparação com o mesmo período do ano passado, a queda é de 14%, a pior já registrada no mês de fevereiro desde o começo da série histórica, iniciada em 2011.

O resultado baiano vai na contramão dos dados nacionais, que apontam crescimento de 3,7% no volume do setor de serviços no país em fevereiro com relação a janeiro deste ano. A Bahia registrou um dos piores resultados entre os estados, estando acima apenas do Amapá (-8,3%), do Acre (-5,8%) e do Distrito Federal (-5,1%).

Dentre os setores que registraram as maiores quedas no estado em relação ao mesmo período do ano passado, estão os serviços prestados às famílias (-30,5%) e os auxiliares aos transportes e correio (-17,1%), que também tiveram o pior fevereiro da série histórica. Em seguida, aparecem os serviços profissionais, administrativos e complementares (-7,3%).

Sobre os resultados, a economista Rosângela Conceição, da Superintendência de

Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), destaca que o fim do auxílio emergencial, do qual o estado foi líder de concessão, teve maior impacto na Bahia que em outros estados. Ao mesmo tempo, houve restrições impostas pela piora na pandemia e o aumento do desemprego. "Por isso, um decréscimo do setor maior que os indicadores nacionais é compatível", diz.

A economista afirma que um resultado positivo no setor de serviços da Bahia só deve ocorrer a partir deste mês, quando serão sentidos os efeitos da volta do auxílio emergencial e da suspensão das medidas de contenção em algumas cidades.

No País

Nacionalmente, o setor de serviços superou pela primeira vez sua atividade pré-pandemia, com volume 0,9% maior que em fevereiro do ano passado, sendo o último a conseguir recuperar a atividade. O comércio atingiu essa marca em junho do ano passado, e a indústria, em setembro.

O presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz, afirma que, apesar do crescimento, ainda não há otimismo quanto a uma retomada no momento: "Estamos cautelosos. Nosso foco



Margarida Neide / Ag. A TARDE / 13.4.2018

Salão de beleza: pandemia inibe este e outros serviços

principal é a vacinação, pois só com o avanço da campanha de vacinação poderemos ter mais certeza sobre a retomada dos serviços".

OIBGE destaca a atividade que inclui transportes e serviços auxiliares aos trans-

"Só com a vacinação poderemos ter certeza sobre a retomada dos serviços"

JOÃO DINIZ, presid. da Cebrasse

portes com avanço de 4,4% em fevereiro e alta acumulada de 8,7% no ano. "Esse crescimento vem sendo observado desde junho de 2020, principalmente por conta do aumento do comércio online, que provocou um crescimento na demanda das empresas transportadoras e de logística de carga", explica Rodrigo Lobo, gerente da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

O instituto também destaca as atividades turísticas do país, que subiram 2,4% frente ao mês anterior, mas ainda precisam crescer 39,2% para retomar o patamar pré-pandemia. No ano, o país teve queda de 30,1% no segmento, com a Bahia tendo redução de 20,6%.

BENEFÍCIO

Caixa antecipa saques do auxílio emergencial

PEDRO RAFAEL VILELA

Agência Brasil, Brasília

A Caixa Econômica Federal vai antecipar os saques do auxílio emergencial em pelo menos duas semanas – as primeiras retiradas poderão ser feitas ainda este mês, no dia 30 de abril. A informação foi dada pelo presidente do banco, Pedro Guimarães, durante a live semanal do presidente Jair Bolsonaro, transmitida pelas redes sociais ontem. A decisão foi tomada após reunião de Guimarães com o ministro da Cidadania, João Roma.

"Já neste mês, dia 30 de abril, a gente começa a realizar também o pagamento, permitir o saque nas lotéricas e nos ATMs (caixas automáticos). Antecipamos ao redor de 15 dias porque nós percebemos que conseguimos realizar o pagamento com segurança, seja do ponto de vista do Caixa TEM operacional como do ponto de vista da minimização das filas", disse Guimarães.

A primeira parcela do auxílio, que começou a ser paga no dia 6 de abril, para nascidos em janeiro, vem sendo depositada nas contas poupança digitais e pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa TEM. Antes do novo calendário, a possibilidade de saque e transferência da primeira parcela

estava prevista para começar somente em meados de maio. A atualização do calendário já está disponível no site do programa. Hoje, às 15h, está prevista uma transmissão ao vivo com o presidente da Caixa para detalhar o novo calendário.

Ao comentar o pagamento do benefício, o presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o valor da nova rodada do auxílio, com média de R\$ 250 por família, é pequeno. Segundo ele, é o que foi possível garantir para não piorar o endividamento do país.

Ao todo, 45,6 milhões de brasileiros serão beneficiados pela nova rodada do auxílio emergencial. O auxílio será pago apenas a quem recebia o benefício em dezembro de 2020. Também é necessário cumprir outros requisitos para ter direito à nova rodada.

Bolsa Família

Para os beneficiários do Bolsa Família, o pagamento ocorre de forma distinta. Os inscritos podem sacar diretamente o dinheiro nos dez últimos dias úteis de cada mês, com base no dígito final do Número de Inscrição Social (NIS). O auxílio emergencial somente será pago quando o valor for superior ao benefício do programa social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
PREGÃO PRESENCIAL PP 25/21. Menor preço global. Objeto: serviços de locação de veículos com e sem motorista. Dia 28/04/21 às 9h. //PREGÃO PRESENCIAL PP 26/21. Menor preço global. Objeto: aquisição de uma roçadeira RHA. Dia 28/04/21 às 15h. Editais: <https://biipeba.ba.gov.br>. Informações: na CPL, Pg. 19 de Setembro, 02, ou tel. 7436482110 ou e-mail: licitapmb@gmail.com, de 8 às 17h. Ibiipeba/Ba, 16 de abril de 2021. Edésio Micael Szervinskis Mendonça. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2021 - PA Nº 084/2021.TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE / OBJETO : Registrar preços para futura Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de combustíveis, lubrificantes e derivados, suprindo as necessidades dos veículos integrantes da frota municipal de Prado - BA, dados complementares no Anexo I do Edital, Data e horário : 29 de Abril de 2021 às 09:00. Local : Sala de Licitações e Contratos do Município de Prado, Prefeitura Municipal de Prado, na Rodovia Prado/Ramari Km 01 L1 14, Prado - BA. Informações : no endereço supra mencionado ou pelo Tel. (73) 3021-1124 no horário 08:00 às 14:00. Edital disponível no portal oficial www.prado.ba.gov.br. Prado, 15 de Abril de 2021. Andre Dornelo Alves Daniel. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 07/21. PA 68/21. Menor preço por lote. Objeto: aquisição de gases medicinais. Recebimento das propostas e habilitação: 16/04/21 a 29/04/21 até às 13:30h. Abertura das propostas: 29/04/21 às 13:30h. Disputa: 29/04/21 às 14h. Edital: na sede, Praça Dr. Araújo Pinho, 14, e <http://www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmcordeiros/diario>. Outros atos: Diário Oficial. Cordeiros/Ba, 16 de abril de 2021. Mariana Maria de A. Pereira. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE MARIA
TOMADA DE PREÇOS 03/21. Objeto: continuação na construção de melhorias sanitárias domiciliares na zona rural do Zabelê. Dia 04/05/21 às 9h. //TOMADA DE PREÇOS 04/21. Objeto: construção da praça do mutirão. Dia 04/05/21 às 14h. Edital: na sede, Praça Dr. Araújo Pinho, 14, e <http://www.ipmbrasil.org.br/diariooficial/ba/pmcoracaoemaria/home>. Informações: e-mail licitacaocontrato.pmc@hotm.com. Coração de Maria/Ba, 16 de abril de 2021. Vanessa Mota da C. Santos. Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ
PREGÃO PRESENCIAL 18/21. PA 39/21. Menor preço. Objeto: confecção de fardamentos corporativos personalizados. Dia 28/04/21 às 9h. //PREGÃO PRESENCIAL 19/21. PA 40/21. Menor preço por lote. Objeto: confecção de máscaras e aventais para prevenção e combate ao COVID 19. Dia 28/04/21 às 14h. Informações: na CPL, tel. 7436491201. Uibaí/Ba, 16/04/21. Jarbas da Silva Soares. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPIRANGA
CNPJ N. 14.215.826/0001-82
AVISO DE LICITAÇÃO PP SRP Nº 016/2021
Abertura: 30/04/2021 às 09h - Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais didáticos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Paripiranga/BA. Edital e seus anexos no link: <https://www.paripiranga.ba.gov.br/site/editais>. Patrícia Cerqueira Guimarães - Pregoeira, 15/04/2021.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

●● Não há outro caminho que não seja procurar reduzir os efeitos desta trágica situação. Precisamos aliviar a situação financeira daqueles que tiveram seus salários cortados

Daniel Almeida

Deputado federal do PCdoB, ao propor projeto de lei que suspende o pagamento das parcelas de crédito consignado

Pendenga sem fim

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retirou da pauta de ontem o julgamento da ação movida pelo governo da Bahia e pela Assembleia contra o reajuste de até 102% nos salários dos servidores do Legislativo estadual, imbróglio que se arrasta há 30 anos e criou uma lambança jurídica sem precedentes. A confusão começou em 1991, quando o deputado Eliel Martins, então presidente da Casa, determinou o aumento através de ofício, e não por lei aprovada pela Assembleia, como manda a Constituição. No entanto, decidiu escalonar o reajuste entre 30% e 102%, de acordo com o salário. Quem ganhava mais e recebeu percentual menor entrou na Justiça para equiparar o índice ao teto de 102%.

TÚNEL DO TEMPO

As primeiras decisões definitivas favoráveis aos servidores só surgiram duas décadas depois, quando o hoje deputado federal Marcelo Nilo (PSB) estava à frente da Assembleia. No entanto, ele se negou seguidas vezes a pagar as somas milionárias impostas pela Justiça.

Bolo doido

Simultaneamente, o governo estadual e a Mesa Diretora da Assembleia ingressaram com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no STF, alegando que as decisões judiciais estavam fundamentadas em erro, já que o reajuste foi concedido ao arrepio da lei. Para completar a bagunça, o sucessor de Marcelo Nilo na presidência da Assembleia, Ângelo Coronel, atual senador do PSD, fechou um acordo para quitar a dívida judicial, à época calculada em quase R\$ 400 milhões.

Ponto de seguimento

Em contrapartida, os servidores com causa transitada em julgado aceitaram receber valores menores e parcelar o montante em 15 anos, mas a ação contra o reajuste continua a correr no STF.

Falha nossa

A coluna noticiou ontem que a ida do vice-governador João Leão para um tribunal de contas faz parte das negociações para que o PP abra mão da vaga do Senado na chapa governista. Acontece que Leão já tem 75 anos, idade limite para ocupar o cargo e, por lei, não pode ser nomeado.

Passa e repassa

A direção do Presídio de Ilhéus solicitou ao ministro do STF Alexandre de Moraes que autorize a transferência do traficante francês Rémi Cohen, caçado pela Interpol e capturado no início do mês por agentes da PF em Itacaré, para uma unidade prisional de Salvador. Alega que, como se trata de condenado na França e alvo de pedido de extradição, ele não deveria ficar em Ilhéus, onde há apenas presos em caráter provisório. Conforme revelado pela Satélite no último dia 7, Cohen era procurado por comandar o maior delivery de drogas de Paris e estava na lista vermelha da Interpol.

Faca amolada

O prefeito Bruno Reis (DEM) deve anunciar em breve cortes no Orçamento municipal para atravessar a crise financeira causada nas contas públicas pela pandemia.

SABIA QUE DÁ PARA DOAR PARA A APAE SEM GASTAR NENHUM CENTAVO?

Declare o seu IR e a sua solidariedade.

Até o dia 30/04, toda pessoa que fizer a Declaração do IRPF pelo MODO COMPLETO pode destinar 3% do imposto devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aproveite essa oportunidade, faça uma doação para a Apae e colabore com o projeto MAIS CER, que beneficiará crianças com deficiência do subúrbio de Salvador.

Em caso de dúvidas, ligue para (71) 3270-8307.



Siga o passo a passo:

- 1 Abra o programa ou aplicativo da Declaração do IRPF;
- 2 Dentro de "Resumo da Declaração", selecione: "Doações diretamente na Declaração - ECA";
- 3 Selecione o tipo de Fundo: Municipal;
- 4 Selecione a UF: BA;
- 5 Selecione o município: Salvador;
- 6 Escolha o valor da doação: o próprio sistema da Receita irá calcular qual o valor que poderá ser doado;
- 7 O sistema irá gerar um DARF, que deve ser pago até o dia 30 de abril;
- 8 Envie o comprovante de pagamento para o e-mail do Fundo, fmdca.spmj@salvador.ba.gov.br, com cópia para o doe@apaesalvador.org.br, informando que a doação é destinada à Apae Salvador.

É necessário que a Associação apresente esse comprovante para solicitar a verba para o projeto.

APOIO:

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio



APAE
Salvador - BA

Bahia registra 141 óbitos em 24h e chega a 17 mil mortes por covid-19

PANDEMIA A Bahia registrou 141 mortes e 3.831 novos casos de covid-19 (taxa de crescimento de +0,5%) em 24h, de acordo com boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) no final da tarde de ontem. No mesmo período, 3.242 pacientes foram considerados curados da doença (+0,4%).

Com os óbitos dessa quinta, a Bahia atingiu a marca de 17 mil mortos por covid desde o começo da pandemia, em março de 2020. A taxa de letalidade da doença na Bahia é de 1,99%. Apesar das 141 mortes terem ocorrido em diversas datas, a confirmação e registro foram contabilizados ontem. Todas elas

ocorreram em 2021, sendo 96 entre os dias 1º e 14 de abril. O mês de março foi o mais letal de toda pandemia.

A Sesab argumenta que a existência de registros tardios e/ou acúmulo de casos deve-se à sobrecarga das equipes de investigação, pois há doenças de notificação compulsória para além da covid-19. Outro motivo é o aprofundamento das investigações epidemiológicas por parte das vigilâncias municipais e estadual a fim de evitar distorções ou equívocos, como desconsiderar a causa do óbito um traumatismo craniano ou um câncer em estágio terminal, ainda que a pessoa esteja infectada pelo coronavírus.

Dos 852.458 casos confirmados desde o início da pandemia, 819.319 já são considerados recuperados, e 16.139 encontram-se ativos. Na Bahia, 46.404 profissio-

nais da saúde foram confirmados com a doença.

Ao meio-dia de ontem, 87 solicitações de internação em UTI Adulto Covid-19 constavam no sistema da Central Estadual de Regulação. Outros 41 pedidos para internação em leitos clínicos adultos de covid-19 estavam no sistema. Este número é dinâmico, uma vez que transferências e novas solicitações são feitas ao longo do dia.

A Bahia tem 3.408 leitos ativos para tratamento da covid-19. Desse, 2.447 estão com pacientes (ocupação geral de 72%). Desse leitos, 1.538 são de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para adultos e estão com taxa de ocupação de 83% (1.270 leitos ocupados). Das UTIs pediátricas, 22 das 36 estão com pessoas internadas, o que representa uma taxa de ocupação de 61%.

SESAB COMPRA 400 CAPACETES PARA VENTILAÇÃO

AUXÍLIO A Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) comprou 400 capacetes do tipo Helmet – um equipamento de ventilação mecânica não invasiva que pode ser utilizado com um ventilador mecânico, para não haver a necessidade de intubar o paciente com covid-19. Segundo a pasta, 270 unidades foram encaminhadas para 13 hospitais da rede referenciada para o tratamento da doença na Bahia. A utilização do capacete pode reduzir significativamente tanto a inflamação pulmonar quanto o esforço do paciente para respirar, prevenindo a intubação e evitando a ventilação mecânica invasiva com alto risco. Por ser vedado, o capacete também pode diminuir as chances de contaminação dos profissionais de saúde.

3.831

novos casos da doença foram registrados em 24h no estado, de acordo com o boletim de ontem

DIVULGAÇÃO



Um dia após receber alta, ex-secretário volta a hospital

INTERNADO Ex-secretário de Desenvolvimento e Urbanismo de Salvador e atual auditor fiscal da Secretaria da Fazenda (Sefaz), Sérgio Guanabara foi internado novamente às pressas no Hospital São Rafael nessa quinta-feira (15), em decorrência da covid-19.

Ele havia recebido alta da

Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no fim da noite de anteontem, no entanto, teve que retornar por conta de severa falta de ar. O ex-secretário está com 25% a 50% dos seus pulmões comprometidos pelo novo coronavírus. Sérgio foi internado inicialmente na segunda-feira (12). Não houve di-

vulgação do boletim médico do paciente.

Economista, Guanabara permaneceu por oito anos na prefeitura de Salvador, todos eles durante a gestão do prefeito ACM Neto. Além da titularidade da Sedur, ele também já ocupou os cargos de chefe de gabinete e de subsecretário da Sucom.



Drive Thru
Solidário

Neste **SÁBADO** e **DOMINGO**,
venha doar para quem precisa!

80% dos moradores
das favelas dependem
de doações para sobreviver
e você pode ajudar!

Participe do Drive Thru Solidário
doando alimentos não perecíveis.

Além de doar, compartilhe a informação
para que outras pessoas também possam
ir lá e fazer o bem.

Data: 17/abr (sáb) das 08h às 16h,
18/abr (dom) das 08h às 14h

Local: Casa Pia de São Joaquim
Av. Jequitaia, 375 - Calçada

Realização:



Parceiro:



FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES

@donaldsongomes



TOQUE BAIANO

A GE Renewable Energy, que possui uma fábrica em Camaçari, concluiu a instalação das primeiras turbinas eólicas Cypress das Américas no complexo eólico Serra da Babilônia, da Rio Energy, próximo aos municípios de Morro do Chapéu, Ourorândia e Várzea Nova, na Bahia. Essas são as primeiras de 30 turbinas do tipo que serão instaladas no local. Quando concluído o processo, cerca de 153 megawatts (MW) de capacidade instalada serão adicionados ao complexo eólico, que atualmente conta com 223,25 MW.

TECNOLOGIA LOCAL

Mais de 60% dos componentes da máquina são produzidos no país. Cerca de 20 fornecedores, em 5 estados, foram desenvolvidos pela GE para tornar possível a fabricação da turbina, incluindo a fabricante de torres eólicas TEN, joint venture da GE em Jacobina (BA). A montagem dos aerogeradores, por sua vez, é realizada na fábrica da GE Renewable Energy em Camaçari (BA) e a produção das pás de carbono pela LM Wind Power, outra unidade da empresa no Porto de Suape (PE).

●● **Estamos muito satisfeitos em fazer parte dessa grande conquista, principalmente por ser fruto de uma parceria com toda a indústria, a maior parte dela local**
Maurício Vieira

Diretor de Vendas para a divisão de Wind da GE Renewable Energy no Brasil

Em expansão

A RedeMIX inaugura uma unidade no Corredor da Vitória no dia 4 de maio. Recebeu investimento de R\$ 15 milhões e vai gerar 150 empregos diretos. Será a 16ª loja do grupo. No ano passado, a rede inaugurou duas lojas, uma na Pituba e outra em Ondina. Nesta nova unidade, a empresa aposta no modelo de loja conceito, com um projeto arquitetônico que reúne as principais tendências do varejo mundial, para criar um ambiente mais intimista e permitir uma melhor experiência de compra.

Extra no atacado

A outra novidade no negócio dos supermercados vem com o reposicionamento do Extra. Em um movimento iniciado em julho de 2020 a rede conclui a implementação da nova dinâmica comercial com preço de atacado em suas 103 lojas no Brasil. Algumas unidades em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador já funcionam com o projeto piloto desde o ano passado. Agora, a rede expande o modelo para todas as suas lojas e para seu e-commerce alimentar.

Roupa nova

A Caprichá Brasil – empresa baiana de kombuchas, bebida fermentada a partir do chá verde e frutas premium – está mudando suas embalagens. Lançada em dezembro de 2019, a marca teve um crescimento de 50% na pandemia e investiu 30% do faturamento na substituição das garrafinhas de vidro para latinhas. Sustentáveis (95% do seu alumínio é reciclado), mais leves e compactas, elas gelam mais rápido e chegam ao mercado na próxima quinta (dia 22).

NO HORIZONTE

● **Novas operações.** O Boulevard Shopping Camaçari retomou as atividades com duas novidades, a chegada da Unidas, locadora de veículos, e a abertura do Rey da Esfirra.

30

por cento do faturamento foi investido na substituição das embalagens

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Governo propõe mínimo de R\$ 1.147 em 2022, sem aumento real

ORÇAMENTO O salário mínimo em 2022 será de R\$ 1.147 e não terá aumento acima da inflação pelo terceiro ano consecutivo, anunciou, ontem, o Ministério da Economia. O reajuste consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado ao Congresso Nacional. Segundo a pasta, o reajuste segue a projeção de 4,3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para este ano. A estimativa também consta do PLDO. Segundo o IBGE, o INPC de março teve elevação de 0,86% e acumula 1,96% no ano e 6,94% em 12 meses.

Até 2019, o salário mínimo era reajustado segundo uma fórmula que previa o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes mais a inflação oficial do ano anterior. Desde o ano passado, o reajuste passou a seguir apenas a reposição do INPC, por causa da Constituição, que determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo.

Segundo o Ministério da Economia, cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R\$ 315 milhões no orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo.

O valor do mínimo para o próximo ano, no entanto, ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano corrente com o valor do piso para o ano seguinte.

O PLDO 2022, enviado ontem ao Congresso Nacional estima que a economia brasileira deverá crescer 2,5% no próximo ano, depois de crescer 3,2% em 2021. Pelas estimativas

4,3%

é a projeção do governo para o INPC em 2021 e esse índice é que entra no cálculo do aumento do salário mínimo

315

milhões de reais é o que cada R\$ 1 do salário mínimo custa para o orçamento federal, segundo o Ministério da Economia

2,5%

deve ser o crescimento da economia no ano que vem

oficiais, a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cairá para 3,5% em 2022 e para 3,2% em 2023 e 2024. As projeções para o INPC serão 3,5% em 2022, 3,4% em 2023 e 3,5% em 2024.

O projeto também prevê uma média de 4,7% ao ano para a taxa Selic (juros básicos da economia), taxa de câmbio média a R\$ 5,10 e preço médio do barril do petróleo (usado para estimar receitas da União com royalties) em US\$ 60,9.

Com data determinada pela Constituição, o envio do PLDO de 2022 ocorre em um momento em que o Orçamento Geral da União de 2021 não foi sequer sancionado. Nas últimas semanas, o governo e o Congresso têm negociado vetos parciais ao Orçamento aprovado no fim de março para remanejar dinheiro de emendas parlamentares para gastos obrigatórios, como Previdência e seguro-desemprego.

Como o Orçamento de 2021 ainda não entrou em vigor, o Ministério da Economia manteve a previsão de crescimento do PIB em 3,2%. As estimativas para a inflação foram mantidas em 4,4% para o IPCA e em 4,3% para o INPC.

QUATRO EM CADA 10 TIVERAM QUEDA DE RENDA NO BRASIL

CRISE Após um ano de pandemia de covid-19, quatro em cada 10 brasileiros afirmam que tiveram queda na renda, enquanto para metade houve aumento de gastos. Os números são da pesquisa divulgada ontem e realizada pela Serasa em parceria com a Opinion Box. De acordo com o levantamento, 46% dos entrevistados estavam conseguindo pagar as contas no prazo, queda de 5 pontos percentuais em relação a fevereiro de 2020. Já 36% tiveram que priorizar as contas que poderiam ser pagas dentro do prazo, alta de 7 pontos em relação ao ano passado. Já para 51%, o pagamento em dia só foi possível após cortes de despesas desnecessárias.

O estudo dos impactos da pandemia teve a participação de 2059 pessoas de todo o país

TRABALHO

24

mil brasileiros acionaram a Justiça do Trabalho em ações relacionadas à pandemia, reivindicando direitos como verbas rescisórias e FGTS, informou, ontem, o Tribunal Superior do Trabalho (TST). O número representa menos de 2% dos processos na Justiça.

SIMULAÇÃO DO BC MOSTRA QUE 1º DOSE BENEFICIA RETOMADA

VACINA O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou, ontem, que a vacinação é a variável mais importante para determinar a reabertura da economia. Para sustentar a afirmação, ele apresentou simulações feitas pelo órgão, com base no cronograma atual de imunização e nas doses disponíveis até o momento. Segundo ele, apenas com a primeira dose seria possível, ao longo do tempo, alcançar um nível de mais de 60% de proteção contra mortes em decorrência da covid-19. Com a segunda dose, após 14 dias, disse Campos Neto, as simulações apontam para um aumento de 90% de proteção. As informações são da Folha de São Paulo. "O Brasil tem avançado [na vacinação] e entendemos que essa é a variável mais importante no curto prazo para determinar a reabertura da economia", disse Campos Neto. Ainda segundo o presidente do BC, com o avanço da imunização, a economia deve reabrir no 2º semestre deste ano.

Ainda segundo as simulações do presidente do BC, o Brasil teve retomada mais acentuada na indústria que os outros países emergentes

MP REORGANIZA CARGOS DE CONFIANÇA DO GOVERNO FEDERAL

BRASÍLIA O governo federal editou uma medida provisória (MP) que reorganiza a gestão de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações do Poder Executivo federal. O texto da MP 1.042/2021 consta na edição de ontem do Diário Oficial da União e, de acordo com o Ministério da Economia, ele preserva o espaço de cargos exclusivos para servidores concursados e não causa aumento de despesas. A MP proíbe, ainda, transformação de funções de confiança e gratificações exclusivas de profissionais efetivos em cargos comissionados.

ECONOMIA

Setor de serviços na Bahia registra queda pelo 3º mês consecutivo

PESQUISA O volume do setor de serviços na Bahia registrou mais um mês de queda, com redução de 1,8% em fevereiro de 2021, em relação a janeiro, com ajuste sazonal. Foi o terceiro resultado negativo consecutivo no confronto com o mês anterior, embora tenha sido um recuo bem menos intenso do que o registrado na passagem de dezembro para janeiro (9,1%).

De janeiro para fevereiro, o setor de serviços na Bahia (-1,8%) teve um desempenho bem pior que o do Brasil como um todo (3,7%). Apenas o Amapá (-8,3%), o Acre (-5,8%) e o Distrito Federal (-5,1%) tiveram resultados com quedas mais intensas do que a Bahia.

Ainda refletindo de forma importante os impactos da pandemia da covid-19, o setor de serviços baiano acumula queda de -14,1% entre março de 2020 e fevereiro de 2021. O movimento na Bahia foi no sentido contrário àquele verificado no país, onde, em fevereiro, o setor de serviços superou pela primeira vez o nível

pré-pandemia, com uma alta acumulada de 0,9%.

Os resultados negativos também se mantiveram na comparação com fevereiro de 2020. Nesse confronto, o volume dos serviços prestados na Bahia teve queda de -14,0%. Foi o pior fevereiro para o setor no estado em dez anos, desde o início da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada desde 2011.

O recuo no volume do setor de serviços baiano em fevereiro foi resultado de quedas ocorridas em quatro dos cinco grupos de atividades investigados pelo IBGE: serviços prestados às famílias (-30,5%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios.

Em fevereiro, as atividades de serviços ligadas ao turismo na Bahia apresentaram queda (2,8%) frente ao mês anterior (com ajuste sazonal). Foi o 2º recuo consecutivo

Petrobras anuncia aumento do diesel e da gasolina

SEU BOLSÃO As vésperas de nomear seu presidente, o general Joaquim Silva e Luna, a Petrobras anunciou, novamente, alta nos preços da gasolina e do diesel, ontem. Os novos valores passam a valer já a partir hoje, mesma data em que o conselho de administração da Petrobras se reúne para avaliar as propostas de eleição do novo presidente e dos diretores executivos da companhia.

Segundo a empresa, o diesel teve alta média por litro de R\$ 0,10 e passará de um preço médio de R\$ 2,66 para R\$ 2,76. Esse é o sexto aumento desde janeiro. De lá para cá, o combustível já acumula alta de 36,6% nas refinarias. Já o litro da gasolina subiu R\$ 0,05 por litro, passando de R\$ 2,59 para R\$ 2,64. Esse é o sétimo aumento do ano. No acumulado de 2021, a gasolina teve uma alta de 43,4% nas refinarias.

O general da reserva Joaquim Silva e Luna foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para comandar a Petrobras. Na segunda-feira, 12, Silva e Luna foi aprovado, em assembleia, para assumir vaga no conselho de administração da petroleira – passo necessário para poder assumir a presidência.

Carlos Alberto Pereira de Oliveira, atual diretor executivo de Exploração e Produção, vem exercendo interinamente a presidência a Petrobras enquanto o novo presidente é escolhido e assume o cargo.

Silva e Luna foi indicado por Bolsonaro

para substituir Roberto Castello Branco no comando da Petrobras justamente por conta do aumento dos combustíveis. Bolsonaro, desde o começo do ano, passou a criticar publicamente a administração da estatal devido aos aumentos sucessivos do diesel e da gasolina.

Depois do anúncio da troca, em fevereiro passado, a petroleira chegou a perder R\$ 100 bilhões em valor de mercado em dois dias.

Ainda assim, anteontem, os acionistas da Petrobras aprovaram em assembleia a proposta de dividendos de R\$ 10,27 bilhões, em referência ao exercício de 2020. O montante corresponde ao valor de R\$ 0,787446 por ação ordinária e preferencial em circulação no mercado.

Ainda segundo comunicado da Petrobras em fato relevante ao mercado, o valor será atualizado pela variação da taxa Selic de 31 de dezembro até a data do pagamento, em 29 de abril.

A assembleia foi realizada após a Petrobras conseguir que uma decisão da Justiça sobre a migração da gestão operacional do plano de saúde da companhia fosse re-considerada, evitando qualquer risco para a realização da reunião de acionistas.

2,64 reais é o valor que custará o litro da gasolina nas refinarias a partir de hoje, após 7º aumento do ano

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,638	R\$ 5,638
Dólar Turismo	R\$ 5,603	R\$ 5,780
Euro turismo	R\$ 6,736	R\$ 6,738

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	120.700,67	+0,34%

POUPANÇA

16/04/2021	0,1159 %
------------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

CAIXA ANTECIPA CALENDÁRIO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

BENEFÍCIOS A Caixa Econômica Federal vai antecipar os saques do auxílio emergencial em pelo menos duas semanas – as primeiras retiradas poderão ser feitas ainda este mês, no dia 30 de abril. A informação foi dada, ontem, pelo presidente do banco, Pedro Guimarães. A decisão foi tomada após uma reunião dele com o ministro da Cidadania, João Roma. A primeira parcela do auxílio, que já começou a ser paga no dia 6 de abril, para os nascidos em janeiro, vem sendo depositada nas contas poupança digitais e pode ser movimentada pelo aplicativo Caixa TEM.

EDITAL II
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB - CNPJ 13.574.983/0001-11 - A Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, na forma estabelecida no Art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2019, do DREI e Decreto Federal, nº 1.102 de 21/11/1903, declara haver o Sr. THIAGO TOURINHO REBOUCAS BRANDÃO, assinado o Termo de Responsabilidade em 01 de abril de 2021, como Fiel Depositário da filial da Empresa TPC LOGÍSTICA NORDESTE S.A, unidade armazenadora localizada no Acesso A, 544, Quadra C e D, Setor de S.F.I. do P.I. CIA.SUL, Centro Industrial de Aratu, Simões Filho/BA, CEP 43700-000, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 29/9010988-19, em 14/05/2013, inscrita no CNPJ nº 13.332.013/0004-52, de acordo com os procedimentos legais. Ass. Tiana Régia Mota Goes de Araújo - Secretária Geral

EDITAL II
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB CNPJ 13.574.983/0001-11 - A Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, na forma estabelecida no Art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2019, do DREI e Decreto Federal, nº 1.102 de 21/11/1903, declara haver o Sr. SERGIO FRAGA SANTOS FARIÁ, assinado o Termo de Responsabilidade em 01 de abril de 2021, como Fiel Depositário da filial da Empresa TPC LOGÍSTICA NORDESTE S.A, unidade armazenadora localizada no Acesso A, 544, Quadra C e D, Setor de S.F.I. do P.I. CIA.SUL, Centro Industrial de Aratu, Simões Filho/BA, CEP 43700-000, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 29/9010988-19, em 14/05/2013, inscrita no CNPJ nº 13.332.013/0004-52, de acordo com os procedimentos legais. Ass. Tiana Régia Mota Goes de Araújo - Secretária Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021)
 A Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas torna público Pregão Eletrônico nº 007/2021, tipo Menor Preço Global, mediante condições estabelecidas no Edital e seus anexos, na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 022/2021, de 25/01/2021 e Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019. Início do acolhimento de propostas: às 08:00 horas, do dia 16.04.2021, abertura das propostas: às 08:01 horas do dia 29.04.2021, data e hora da disputa: às 10:00 horas do dia 29/04/2021. Site: www.portaldecompraspublicas.com.br, N° da Licitação: 007/2021. Objeto: Contratação de empresa especializada, para fornecimento de "link" de Internet, para atender as necessidades das secretarias da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br ou https://www.saomigueldasmatas.ba.gov.br, Informações (75) 3676-2141.
 Jean Antunes Viana - Pregoeiro.

SECRETARIA DA FAZENDA **SALVADOR** **PREFEITURA**
 PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL
AVISO DE CONVOCAÇÃO
 A Comissão Especial Mista de Licitação da Unidade de Execução Municipal do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM3/BJD, - designada pelo Decreto nº 33.291 de 10/12/2020, com base na Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Federal nº 8.883/1994, Lei Complementar nº 123/1996, Lei Municipal nº 4.488/1992, no que couber, e Lei Municipal nº 8.421/2013, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 32.562/2020, torna público para conhecimento dos interessados a licitação: OBJETO contratação de empresa de consultoria, especializada para a estruturação dos projetos da SEFAZ Salvador (Carteira de Projetos Faz + por Salvador) por meio da implantação de um escritório de aceleração e execução de projetos da Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador - EGP Faz + por Salvador; PREGÃO ELETRÔNICO - SEFAZ Nº 004/2021; PROCESSO SEFAZ Nº 89988 /2021; RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 16/04/2021, até as 9h45min do dia 29/04/2021 (horário de Brasília); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/04/2021 às 10h (horário de Brasília); SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS: 29/04/2021 às 10h30min (horário de Brasília); Edital encontra-se à disposição no endereço: www.licitacoes-e.com.br e no Portal da SEFAZ www.sefaz.salvador.ba.gov.br. Salvador, 14 de abril de 2021. **George Melo Barreto** - Presidente da Comissão Especial Mista de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021 O Município de Juazeiro-BA comunica aos interessados que se realizará no dia 29 de abril de 2021, às 09:00 horas (Horário da Bahia), a licitação, modalidade Pregão eletrônico, de nº 013-2021-BB nº867129, através do site: www.licitacoes-e.com.br, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INGREDIENTES ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTI), A FIM DE SUPRIR NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SEDES E DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO, DE ACORDO A PLANILHA DESCRITIVA ANEXA.). Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site www.licitacoes-e.com.br e/ou http://doem.org.br/ba/juazeiro. Maiores informações tel. (0xx74) 3612-3675. E-mail: licitacao@juazeiro.ba.gov.br. Juazeiro-BA 16 de abril de 2021. Álvaro Mendes Santos Junior. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAJUBA
CNPJ N. 13.763.479/0001-60
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2021. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, e Decreto Federal nº 10.024/2019 no que lhe for pertinente bem como Decreto Municipal que regulamenta o Pregão Eletrônico nº 062/2019 e suas alterações posteriores, resolve Homologar o Processo Licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 003/2021 referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento de Medicamentos e Material Ambulatorial e Hospitalar necessários ao atendimento da Atenção Básica, com entrega parcelada, para o ano de 2021.
 M.A. OLIVEIRA AGOSTINONE CIA LTDA, CNPJ nº 17.512.543/00014-90; cujo preço final para o Lote 01 foi: R\$ 214.900,00.
 MD MATERIAL HOSPITALAR EIRELI ME, CNPJ nº 07.294.636/0001-32; cujo preço final para o Lote 02 foi: R\$ 72.000,00.
 OCEYD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSP ODONT IMP. CNPJ nº 11.311.773/0001-05; cujo preço final para o Lote 03 foi: R\$ 113.000,00.
 A & S COMÉRCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARES CNPJ nº 27.937.238/0001-02; cujo preço final para o Lote 09 foi: R\$ 22.192,00.
 PFL PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI CNPJ nº 30.960.128/0001-68; cujo preço final para os Lotes 05.08 e 10 foi: R\$ 113.499,97.
 PRIMUS MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ nº 32.170.135/0001-91; cujo preço final para o Lote 04 foi: R\$ 25.500,00.
 PRONTO MÉDICO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME CNPJ nº 10.389.446/0001-03; cujo preço final para o Lote 06 e 07 foi: R\$ 80.023,50.
 J L MULTIPLOS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALAR CNPJ nº 26.084.880/0001-15; cujo preço final para o Lote 11 foi: R\$ 5.500,00.
 Totalizando um valor global licitação de R\$ 546.615,47 (Seiscentos e quarenta e seis mil seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos).
 Registre-se, compre-se, publique-se e lave-se o Contrato.Irajuba - Bahia, 02 de Março de 2021. CRISTIANE RIBEIRO FONTANA, Gestora do Fundo Municipal de Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2021. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 O Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, e Decreto Federal nº 10.024/2019 no que lhe for pertinente bem como Decreto Municipal que regulamenta o Pregão Eletrônico nº 062/2019 e suas alterações posteriores, resolve Homologar o Processo Licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 004/2021, referente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Produtos alimentícios e Produtos de limpeza para a manutenção das diversas unidades administrativas do município. Lotes 01 e 03 com valor total de R\$ 338.887,84 (Trezentos e trinta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos); e empresa MARCELO PEREIRA SERRA EIRELI, CNPJ nº 03.898.067/0001-83
 Lote 02 com valor total de R\$ 61.199,99 (Sessenta e um mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) e empresa MERCADO CHAVES LTDA, CNPJ nº 06.110.335/0001-49.
 Lote 04 com valor total de R\$ 84.258,00 (Oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta e oito reais) e a empresa WB COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 14.990.524/0001-81.
 Lote 05 com valor total de R\$ 46.900,00 (Quarenta e seis mil e novecentos reais) e a empresa J.S ROSA E CIA LTDA, CNPJ nº 18.045.240/0001-85.
 Totalizando um valor global de R\$ 531.045,83 (Quinhentos e trinta e um mil e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).
 Registre-se, compre-se, publique-se e lave-se o Contrato.Irajuba - Bahia, 01 de Março de 2021. ANTONIO OLIVEIRA SAMPAIO-PREFEITO MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2021. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
 O Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, e Decreto Federal nº 10.024/2019 no que lhe for pertinente bem como Decreto Municipal que regulamenta o Pregão Eletrônico nº 062/2019 e suas alterações posteriores, resolve Homologar o Processo Licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 006/2021, referente a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE IRAJUBA-BA. Empresa A. L. LOUZADA, CNPJ nº 18.045.240/0001-85, com o valor de R\$ 261.480,00 (Duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e oitenta reais).
 Empresa CASABRITO SHOPPING DA CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ nº 33.999.582/0001-10, lotes 02 e 06 com o valor de R\$ 134.995,98 (Centos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos).
 Empresa PATAMARES EDIFICAÇÕES E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 20.548.650/0001-44, lote 05, com valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).
 Totalizando um valor global de R\$ 596.475,98 (Quinhentos e noventa e seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais e novecentos e oito centavos).
 Registre-se, compre-se, publique-se e lave-se o Contrato.Irajuba - Bahia, 22 de Março de 2021. ANTONIO OLIVEIRA SAMPAIO-PREFEITO MUNICIPAL

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 16/04/2021	Página: 02

Tribuna

Rombo

No projeto que estabelece as diretrizes para o Orçamento de 2022, enviado ao Congresso ontem, o governo federal estipulou uma meta fiscal de rombo de R\$ 170,5 bilhões para o ano que vem. Será o nono ano consecutivo de rombo nas contas públicas, com o governo federal gastando mais do que arrecada. O projeto ainda traz estimativas do governo para os dois anos seguintes e aponta que o buraco persistirá ao menos até 2024, totalizando onze anos seguidos de déficit primário.

Em queda

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que no acumulado dos dois primeiros meses de 2021, a Bahia teve a maior queda em todo o país no volume de serviços prestados. Segundo a pesquisa, no acumulado de janeiro e fevereiro deste ano, o volume de prestação de serviços teve índice de -13,0%, empatada com o Rio Grande do Norte. No Brasil como um todo, o setor também recua (-3,5%), com resultados negativos em 18 dos 27 estados.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/04/2021	



Sesab faz aquisição de 400 capacetes para ventilação mecânica não-invasiva de pacientes

15 abril 2021



Foto: Divulgação/Sesab

A Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) adquiriu 400 unidades de capacetes do tipo Helmet – um equipamento de ventilação mecânica não-invasiva (VNI) que pode ser utilizado associado a um ventilador mecânico, de forma que não haja necessidade de intubar o paciente com diagnóstico de Covid-19. Até o momento, 270 unidades estão sendo encaminhadas para 13 hospitais da rede referenciada para o tratamento da doença em toda a Bahia.

A utilização do capacete tipo Helmet pode reduzir de forma significativa tanto a inflamação pulmonar quanto o esforço do paciente para respirar, prevenindo a intubação e evitando a ventilação mecânica invasiva com alto risco. Por se tratar de um dispositivo vedado, o capacete pode diminuir drasticamente as chances de contaminação dos profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à Covid-19.

A Sesab está distribuindo 150 unidades de tamanho G e 120 de tamanho M para os seguintes hospitais: Espanhol, Metropolitano e Arena Fonte Nova, em Salvador; Hospital Regional da Chapada, em Seabra; Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana; Hospital do Oeste, em Barreiras; Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus; Hospital Regional Deputado Luis Eduardo Magalhães, em Porto Seguro; Hospital Regional de Jequié; Hospital Regional Prado Valadares, em Jequié; Hospital de Caetitê; e Costa do Cacaú, em Ilhéus.

A estrutura do capacete permite a formação de um ambiente com pressão positiva e enriquecido com oxigênio. A maior parte do material é feita com PVC atóxico, sendo a membrana de vedação do pescoço produzida com látex ou silicone, o que garante conforto e facilidade de ajuste para cada paciente.

Em Vitória da Conquista, o equipamento já está em uso no Hospital Geral, que recebeu 50 unidades. “Com este novo recurso, poderemos dar maior suporte ventilatório ao paciente com diagnóstico de Covid-19 durante a fase aguda da doença, sem que tenhamos que submetê-lo a intubação e aumentando expressivamente o índice de sucesso”, afirma a coordenadora geral de Fisioterapia do HGVC, que atua na UTI Covid-19 da Unidade.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/04/2021	



Bahia ultrapassa a marca de 2 milhões de pessoas vacinadas

15 abril 2021



Foto: Leonardo Rattes/Sesab

Nesta quinta-feira (15), a Bahia ultrapassa a marca de 2 milhões de baianos vacinados com a primeira dose da vacina contra o coronavírus (Covid-19). O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, avalia que “é mais uma vitória a ser celebrada. O número de 2.000.049 baianos vacinados representa uma esperança para a sociedade”.

Para acelerar ainda mais a vacinação na Bahia, o governador Rui Costa adquiriu 9,7 milhões de doses da Sputnik V, que aguarda autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para importação da vacina russa. Além disso, a ausência de previsibilidade das entregas de vacinas por parte do Governo Federal, corrobora para frear o ritmo da imunização. “Tenho cobrado celeridade do Governo Federal. Por isso garantimos a Sputnik V e estamos lutando para que a Anvisa autorize a importação da vacina russa. Queremos salvar vidas”, afirmou o governador Rui Costa em um post nas redes sociais.

A Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados, superando a marca de 13% da população vacinada com a primeira dose. A Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas em [painel](#).

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/04/2021	Caderno: Notícias



Sexta, 16 de Abril de 2021 - 00:00

Governo avalia flexibilização para bares e restaurantes; Abrasel critica falta de diálogo

por **Maurício Leiro / Matheus Caldas**

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), prometeu analisar a demanda do setor de bares e restaurantes para permitir o consumo de bebidas alcoólicas aos finais de semana. Segundo o líder do PP na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), o deputado estadual Eduardo Salles (PP), o petista irá avaliar cada melhora nos índices da pandemia, apesar de não ter nenhuma definição específica.

"O governo está ciente. Conversei ontem com o governador na reunião de líderes. Acho que se tivermos melhoras de índices podemos ter boas notícias. Temos que nesse momento temos que ter um equilíbrio da balança. Como o próprio governador disse". Colocamos para o vice [João Leão-PP], Casa Civil [Carlos Palma] e para o próprio governador", disse Salles ao Bahia Notícias.

Segundo Salles, foram dois tipos de reivindicações do setor: uma econômica e outra de liberação das atividades. "Acho que se tivermos melhoria de índices podemos ter boas notícias. Temos que nesse momento temos que ter um equilíbrio da balança", comentou.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Luiz Henrique do Amaral, o pedido de encaminhamento para análise da frente parlamentar encabeçada pelos deputados Tiago Correia (PSDB) e Eduardo Salles (PP) não tem avançado.

"A ausência de respostas e a emissão dos decretos quanto às bebidas, quanto do toque de recolher, resultam em ação. Fizemos uma carreata, levando os pleitos na governadoria. Da necessidade do toque de recolher para às 22h e a liberação de bebidas final de semanas. Essa equação que vemos. Fizemos uma ação com a prefeitura no Rio Vermelho, delimitando áreas, não atendendo ninguém em pé, mantendo o distanciamento, medição de temperatura. Precisamos de consumo responsável", explicou ao BN.

Amaral revelou que, de acordo com levantamento da associação, com as medidas proibitivas de consumo de bebidas alcoólicas no final de semana e com o toque de recolher mantido para às 20h, apenas 20% do segmento pode reabrir de forma funcional. Luiz Henrique ainda pontua que o governo não promoveu nenhum debate com o segmento. "Nada. É triste e é aquilo que estamos buscando: o diálogo", finaliza.

QUASE DOIS MESES DE RESTRIÇÕES

A proibição da venda de bebidas alcoólicas aos finais de semana na Bahia teve início no dia 26 de fevereiro, na segunda semana do toque de recolher anunciado por Rui Costa. Apesar de os bares e restaurantes terem tido o aval da gestão estadual para funcionar em parte do estado, a venda das bebidas com álcool segue proibida aos fins de semana.

Os mercados e supermercados também estão proibidos de comercializar este tipo de produto, segundo o decreto estadual que foi concebido para conter a disseminação da Covid-19.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 15 de Abril de 2021 - 21:00

BC projeta proteção de até 80% contra mortes por Covid com primeira dose da vacina

por Larissa Garcia | Folhapress

O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, afirmou que a vacinação é a variável mais importante para determinar a reabertura da economia. Segundo ele, apenas com a primeira dose o nível de proteção em relação às mortes em decorrência da Covid-19 poderia alcançar 80% ao longo do tempo.

A simulação, apresentada em evento virtual da ABFintechs nesta quinta-feira (15), foi feita pela autoridade monetária com base no cronograma atual de imunização e com as doses disponíveis hoje.

Em sua apresentação, no entanto, a curva que mostra o nível de proteção após a aplicação da primeira dose aponta pouco mais de 60%.

"Fizemos um exercício considerando todas as doses contratadas e garantidas pelo Ministério da Saúde e assumimos que elas serão todas aplicadas de acordo com o cronograma e fizemos duas curvas. Ao longo do tempo, a curva com a primeira dose alcança 80% [de proteção] e a segunda, perto de 90%, após 14 dias da aplicação", detalhou.

"O Brasil tem avançado [na vacinação] e entendemos que essa é a variável mais importante no curto prazo para determinar a reabertura da economia", disse.

Segundo o presidente da autarquia, com o avanço da imunização, a economia deverá reabrir no segundo semestre deste ano. "Há grande sobra de doses de vacinas em alguns países, que serão redistribuídos posteriormente", destacou.

Em um gráfico, Campos Neto mostrou que o Brasil teve retomada mais acentuada na indústria que os outros países emergentes, mas que teve queda após o recrudescimento da pandemia de Covid-19.

"Isso mostra que o ciclo econômico está muito ligado ao ciclo da pandemia", disse.

O titular do BC afirmou que os preços de alimentos subiram no mundo todo, o que deve penalizar mais países emergentes.

"No Brasil e na Turquia tivemos o fato da moeda ter se desvalorizado, então houve aumento ainda maior [em alimentos], mas no geral tivemos essa alta acima do padrão no mundo todo. O alimento pesa mais na cesta dos países emergente", pontuou.

Campos Neto disse ainda que a confiança do consumidor caiu na pandemia, especialmente entre pessoas de baixa renda.

"Isso está muito ligado ao trabalhador informal que vai depender muito da reabertura do setor

de serviços e entendemos que no segundo semestre deve melhorar", analisou.

O presidente da autoridade monetária disse que o Brasil é um dos países mais endividados do mundo e que a trajetória da dívida pública, que em sua avaliação já estava ruim, piorou durante a crise sanitária.

"O Brasil foi um dos que mais fez [em medidas fiscais] entre os emergentes, mas comparado com o mundo desenvolvido os emergentes fizeram menos", ressaltou.

Segundo ele, a crise vai distanciar ainda mais o mundo emergente do desenvolvido. "O distanciamento nessa crise vai se acentuar, especialmente com a reprecificação da inflação", afirmou.

Campos Neto frisou que a deterioração do quadro fiscal eleva o prêmio de risco do país junto aos investidores.

Ele afirmou que a inflação deve atingir níveis mais altos no meio do ano, principalmente por ter alcançado baixos no ano passado, que é a base de comparação.

"Começou o movimento de 'reflation' [reflação], que não é um movimento indicando um grande surto inflacionário, é só uma reprecificação de uma variável, que na cabeça dos agentes de mercado estava morta há muito tempo", disse.

Em seu ponto de vista, o ressurgimento da inflação no mundo se deu pelos pacotes de incentivo, avanço da vacinação e dúvidas sobre como será o fim das medidas de estímulo.

INOVAÇÃO

No evento, Campos Neto também falou sobre o processo de inovação no sistema financeiro.

"Existe uma demanda da sociedade para que essa recuperação global da pandemia seja inclusiva e sustentável. A inclusão será empurrada pelo crescimento da tecnologia como instrumento de democratização", disse.

Para ele, as fintechs, empresas de inovação ligadas a finanças, são elemento importante para fomentar a competição.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 15 de Abril de 2021 - 20:45

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.147 em 2022, sem aumento real



O salário mínimo em 2022 será de R\$ 1.147 e não terá aumento acima da inflação, anunciou o Ministério da Economia. O reajuste consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado nesta quinta-feira (15) ao Congresso Nacional.

O reajuste segue a projeção de 4,3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para este ano. A estimativa também consta do PLDO, de acordo com a Agência Brasil.

Até 2019, o salário mínimo era reajustado segundo uma fórmula que previa o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes mais a inflação oficial do ano anterior. Desde o ano passado, o reajuste passou a seguir apenas a reposição do INPC, por causa da Constituição, que determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo.

Segundo o Ministério da Economia, cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R\$ 315 milhões no orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo.

O valor do salário mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte.

Em 2021, o salário mínimo está em R\$ 1.100. Como o INPC do ano passado encerrou 2020 em 5,45%, puxado pela inflação dos alimentos, o valor do mínimo deveria ser R\$ 1.102, mas o governo até hoje não incorporou a diferença de R\$ 2 ao salário mínimo. Caso não faça isso antes do fim do ano, o resíduo será incorporado ao salário mínimo em 2022.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2021	Caderno: Notícias



Preço do diesel e gasolina sofrerão novo aumento nas refinarias, aponta Petrobras

Quinta, 15 de Abril de 2021 - 20:20



A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (15) um novo aumento, desta vez de R\$ 0,10 (3,7%) no preço do diesel e de R\$ 0,05 (1,9%) no da gasolina. Os valores serão reajustados a partir de amanhã nas refinarias da estatal, onde o litro do diesel passará a custar R\$ 2,76, e o da gasolina, R\$ 2,64.

De acordo com a Agência Brasil, a última mudança nos preços dos combustíveis ocorreu no sábado passado, quando a Petrobras havia anunciado uma redução de R\$ 0,08 no preço do diesel e mantido o preço da gasolina em R\$ 2,59.

Os reajustes de preços da Petrobras acompanham variações do valor dos combustíveis e do dólar no mercado internacional. Com isso, os aumentos ou reduções de preços ocorrem sem periodicidade definida, o que, segundo a estatal, permite competir de maneira mais eficiente e flexível.

Desde o início do ano, os preços acumulam alta tanto para a gasolina, que encerrou 2020 vendida a R\$ 1,84 nas refinarias da Petrobras, quanto para o diesel, que era negociado a cerca de R\$ 2 por litro.

A Petrobras afirma que os preços cobrados por suas refinarias têm "influência limitada" sobre o que é cobrado dos consumidores finais desses combustíveis. Isso ocorre porque o valor pago na bomba dos postos é acrescido de impostos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 15 de Abril de 2021 - 19:40

Governo estima rombo de R\$ 170,5 bi em 2022 e vê 11 anos de contas no vermelho

por **Bernardo Caram** | Folhapress

No projeto que estabelece as diretrizes para o Orçamento de 2022, enviado ao Congresso nesta quinta-feira (15), o governo estipulou uma meta fiscal de rombo de R\$ 170,5 bilhões para o ano que vem.

Será o nono ano consecutivo de rombo nas contas públicas, com o governo federal gastando mais do que arrecada. O projeto ainda traz estimativas do governo para os dois anos seguintes e aponta que o buraco persistirá ao menos até 2024, totalizando onze anos seguidos de déficit primário.

O texto ainda definiu que o salário mínimo deverá ser reajustado de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro.

O reajuste, antecipado pelo jornal Folha de S.Paulo, ficará em 4,3%, sem ganho real aos trabalhadores. Será o terceiro ano seguido que o piso nacional não terá aumento acima da inflação, mantendo o plano do governo Jair Bolsonaro (sem partido), que acabou com a política de ganhos reais que vigorou no Brasil por mais de duas décadas.

Ainda sem solução para o Orçamento deste ano, o governo apresentou o projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2022 nesta quinta, prazo limite para envio ao Congresso.

O valor estipulado para a meta do ano que vem é semelhante à última previsão do governo, que estimava um déficit de R\$ 178,9 bilhões.

A meta fiscal é o esforço que o governo promete fazer com o objetivo de evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas para o ano, exceto o gasto com juros.

A LDO é a primeira etapa da formalização do Orçamento e traz as bases para as contas do ano seguinte, com projeções de receitas e despesas, além de outros parâmetros. Esse alicerce depois é usado para produzir a LOA (Lei Orçamentária Anual), que é apresentada até agosto e define o Orçamento propriamente dito, com todo seu detalhamento.

A estimativa da LDO para o salário mínimo pode ser alterada ao longo da tramitação do projeto no Legislativo. O novo valor só entrará em vigor depois que o presidente da República assinar um decreto formalizando o cálculo.

O Congresso tem até meados de julho para aprovar a LDO de 2022, mas, como já ocorreu em anos anteriores, a votação pode ser adiada. Pela Constituição, o Legislativo só pode entrar em recesso em julho após ter aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano.

Em muitas ocasiões, no entanto, os parlamentares acabam saindo em um recesso informal e

deixam a votação da proposta para depois.

Esses atrasos motivaram parte dos problemas do Orçamento deste ano. Por divergências políticas, a LDO de 2021 só foi votada no encerramento do ano passado. A LOA, por sua vez, foi apreciada às pressas e promulgada apenas em março deste ano, com uma série de problemas.

A peça orçamentária de 2021, que ainda precisa ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, subestimou gastos obrigatórios, como os benefícios previdenciários, e turbinou as emendas parlamentares —recursos que deputados e senadores podem destinar para projetos e obras em suas bases eleitorais.

Agora, Bolsonaro tem que decidir se acata a orientação da equipe econômica, que pede veto parcial ao texto e recomposição dos gastos, ou a ala política e parlamentares, que pressiona pela sanção integral com correção das contas ao longo do ano.

Para 2021, a meta fiscal do governo está definida em déficit de R\$ 247 bilhões. No entanto, a depender da necessidade de gastos com medidas de enfrentamento da pandemia, esse valor poderá ser afrouxado.

Veículo: Bocão News	
Data: 15/04/21	



ECONOMIA E MERCADO

Governo estima déficit primário de R\$ 170,47 bi em 2022



15 de Abril de 2021 às 18:37

Por: Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Agência Brasil

As contas públicas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) deverão fechar 2022 com déficit primário de R\$ 170,47 bilhões. A meta fiscal consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado hoje (15) ao Congresso Nacional.

O déficit primário representa o resultado das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Com o déficit previsto para o próximo ano, esse será o nono ano seguido de contas públicas no negativo.

O projeto da LDO prevê déficits até pelo menos 2024, totalizando 11 anos seguidos de resultados negativos. O texto projeta déficit de R\$ 144,97 bilhões em 2023 e de R\$ 102,2 bilhões em 2024.

Apesar de mais um resultado negativo para o próximo ano, o déficit é inferior à meta de R\$ 247,1 bilhões estipulada para este ano. A meta fiscal para 2021 pode ser afrouxada conforme a necessidade de gastos com o enfrentamento à pandemia de covid-19.

Teto de gastos

A alta da inflação a partir do segundo semestre do ano passado aliviou as restrições impostas pelo teto federal de gastos em 2022, depois de um limite severo imposto para 2021. O PLDO permitirá o aumento de R\$ 107 bilhões no teto de gastos para o próximo ano, de R\$ 1,485 trilhão em 2021 para R\$ 1,592 trilhão em 2022.

A alta, de 7,2%, equivale à estimativa de inflação pelo Índice Oficial de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre julho de 2021 e junho de 2022. O valor está um pouco mais otimista que as projeções do mercado financeiro, que estimam que a inflação acumulada em 12 meses chegará a junho entre 7,5% e 8%.

Neste ano, os gastos públicos federais poderão crescer apenas 2,13%, equivalente ao IPCA acumulado entre julho de 2019 e junho de 2020. Com as restrições das atividades econômicas nos primeiros meses da pandemia de covid-19, a inflação oficial caiu no primeiro semestre do ano passado, empurrando para baixo o índice usado para corrigir o teto de gastos. No segundo semestre, o IPCA disparou com a alta dos alimentos, mas essa alta só se refletirá no limite de gastos para 2022.

O PLDO traz parâmetros que orientam a elaboração do Orçamento do ano seguinte. Em tese, o projeto precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional até o fim do semestre legislativo, na metade de julho. Caso contrário, a pauta do Congresso ficará trancada.

Veículo: Metro1	
Data: 15/04/21	



Bahia

Na contramão do Brasil, setor de serviços na Bahia registra queda em fevereiro

De janeiro para fevereiro deste ano, Bahia diminui desempenho em 1,8%, enquanto Brasil cresceu 3,7%



Foto : Reprodução/Shutterstock

Por **Adele Robichez** no dia 15 de Abril de 2021 · 12:20

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou hoje (15) um levantamento que mostra uma diminuição de 14% no desempenho do setor de

serviços na Bahia em fevereiro de 2021 em relação ao mesmo mês do ano passado.

Neste período, os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, atividades de maior peso na estrutura dos serviços baianos, foram os serviços que mais contribuíram para o resultado negativo do setor em geral no estado, com queda de 17,1%.

Entre janeiro e fevereiro, a queda registrada na categoria foi de 1,8% - a terceira consecutiva no estado. Já o Brasil, neste período, cresceu 3,7%. Em comparação com fevereiro de 2020, porém, os serviços brasileiros recuaram 2%.

Em relação ao impacto da pandemia da covid-19, o setor de serviços baianos acumulou uma queda de 14,1%, entre março de 2020 e fevereiro deste ano. Nacionalmente, houve uma alta de 0,9%, mesmo com a crise sanitária.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 16/04/21	



LDO DE 2022 DESTRAVARÁ GASTOS COM OBRAS EM CASO DE ATRASO NO ORÇAMENTO



admin 16 Abril, 2021

Investimentos de estatais e obras de conservação e recuperação de rodovias poderão ser executadas em 2022, mesmo que haja atraso na aprovação do Orçamento. A novidade consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano, enviado ao Congresso Nacional. Tradicionalmente, o Orçamento obedece à regra do duodécimo caso inicie um ano sem ser sancionado. Cada despesa discricionária (não obrigatória) fica limitada a 1/12 da verba prevista para este ano a cada mês de atraso. Investimentos em execução ficam liberados, desde que sejam executados com restos a pagar (verbas de anos anteriores). Os pagamentos obrigatórios, como benefícios sociais e salários, não são afetados.

Gastos como financiamento estudantil, defesa civil, eleições e aplicação mínima em saúde também ficam liberados caso o Orçamento atrase. O Executivo, no entanto, tem a liberdade de restringir ainda mais os gastos não obrigatórios nessas situações. Em 2021, os gastos correntes estão limitados a 1/18 a cada mês de atraso na sanção – corte de um terço em relação ao valor originalmente previsto.

Novo limite

No projeto enviado hoje, o Ministério da Economia propões que investimento de estatais, e recuperação de rodovias possam prosseguir enquanto o orçamento não é aprovado. O mesmo ocorrerá para a continuidade de investimentos, “mesmo que em pequeno percentual.”. Além do limite de 1/12, o texto autoriza a execução de 1/24 por mês do valor das despesas de capital, como obras e compras de máquinas, equipamentos e imóveis. Segundo o secretário de

Orçamento Federal, George Soares, a demora na aprovação e na sanção do Orçamento criou problemas para o governo. “Quando gastos para a manutenção da malha rodoviária são bloqueados, as estradas acabam se deteriorando, acaba tendo um prejuízo maior para a execução futura”, declarou.

Outros anos

De acordo com Soares, a ampliação da regra do duodécimo foi proposta pelo governo em outros anos, mas sempre foi rejeitada pelo Congresso. Ele ressaltou que o critério para decidir os investimentos a não serem beneficiados baseiam-se nas obras em andamento e na manutenção da malha rodoviária. “Não podemos ter perda de recursos por paralisação de obra, fechamento de canteiro”, afirmou.

Segundo o secretário de Orçamento Federal, o governo quer evitar situações como as deste ano, em que o Orçamento só foi aprovado no fim de março e tem apenas uma semana para ser sancionado. Ele disse que os restos a pagar são suficientes, na maioria dos casos, para cobrir apenas um mês de atraso na sanção do Orçamento. “Acima disso, o governo começa a ter problemas”, destacou.

Como o orçamento de 2021 ainda não foi sancionado, o Ministério da Economia não respondeu a perguntas sobre questões relativas a este ano. A pasta não se pronunciou sobre as negociações entre a equipe econômica e o Congresso em torno do veto parcial a emendas parlamentares nem sobre a diferença de R\$ 107 bilhões entre o teto de gastos neste ano e no próximo ano.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 15/04/21	



GOVERNO ESTIMA DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 170,47 BI EM 2022



admin 15 Abril, 2021

As contas públicas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) deverão fechar 2022 com déficit primário de R\$ 170,47 bilhões. A meta fiscal consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado nesta quinta, 15, ao Congresso Nacional.

O déficit primário representa o resultado das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Com o déficit previsto para o próximo ano, esse será o nono ano seguido de contas públicas no negativo.

O projeto da LDO prevê déficits até pelo menos 2024, totalizando 11 anos seguidos de resultados negativos. O texto projeta déficit de R\$ 144,97 bilhões em 2023 e de R\$ 102,2 bilhões em 2024.

Apesar de mais um resultado negativo para o próximo ano, o déficit é inferior à meta de R\$ 247,1 bilhões estipulada para este ano. A meta fiscal para 2021 pode ser afrouxada conforme a necessidade de gastos com o enfrentamento à pandemia de covid-19.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 16.04.2021	Caderno: Economia

Rui critica prefeitura por alterar decreto: ‘Precisa de 200% de lotação de UTI?’

Segundo governador, 'enquanto a lei permitir' o toque de recolher será mantido

Paloma Teixeira



Foto: Reprodução Youtube

O governador Rui Costa (PT) criticou a decisão da prefeitura de Vitória da Conquista de [ignorar o decreto estadual](#) e reduzir o horário do toque de recolher para iniciar às 22h, ao invés de 20h, como determina o Estado. Em live na noite desta terça-feira (13), o petista chamou a atenção para a ocupação nos leitos de UTI da cidade que está, segundo ele, em 94%.

“Não dá para entender. Em Conquista os hospitais estão com mais de 90% de ocupação. A gente está adotando uma medida simples, [restrição] das 20h às 5h. Vale a pena uma hora a mais de funcionamento de bar? 94% de ocupação de UTI não é bom não? Precisa de 100%? Precisa de 200% de lotação? Então, enquanto a lei permitir eu vou manter o decreto estadual. Não é possível. Eu fico realmente indignado”, comentou.

Veículo: G1	
Data: 15/04/21	



LDO 2022: Governo propõe meta de déficit fiscal de até R\$ 170,47 bilhões para o próximo ano

Contas do governo terão déficit primário pelo nono ano consecutivo. Projeto da LDO prevê valor menor que o rombo estimado para este ano, que está em R\$ 247 bilhões.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

15/04/2021 15h42 Atualizado há 14 horas

O Ministério da Economia propôs uma **meta de déficit primário de até R\$ 170,473 bilhões para 2022**. O valor consta no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano, enviado ao Congresso Nacional nesta quinta-feira (15).

O déficit primário indica **quanto o governo deve gastar acima da arrecadação do ano, sem contar as despesas com a dívida pública**. Para honrar esse valor adicional, a União terá de emitir mais dívida.

Se confirmada a meta, **2022 será o nono ano consecutivo com rombo nas contas do governo**, que vêm registrando resultados negativos (mesmo no conceito primário, que não engloba o pagamento de juros) desde 2014.

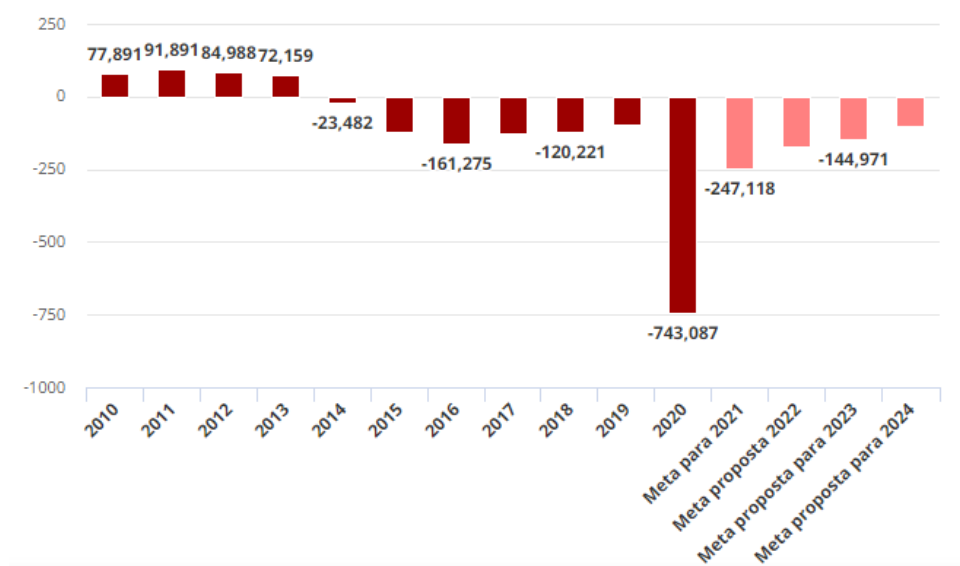
No ano passado, com os gastos extraordinários para combater a pandemia do coronavírus, o governo registrou um **déficit fiscal de R\$ 743,087 bilhões**, segundo números da Secretaria do Tesouro Nacional. Esse foi o pior resultado desde o início da série histórica, em 1997.

Para 2021, o governo propôs uma meta de déficit primário de até R\$ 247,118 bilhões.

O valor final deve ser maior, no entanto, já que a cifra não inclui as novas rodadas do auxílio emergencial e dos programas de manutenção do emprego e do Pronampe, que oferta crédito a pequenas empresas.

O governo também indicou que as contas permanecerão no vermelho em 2023 e 2024. Para esses anos, foram propostas metas de déficit primário de até R\$ 144,971 bilhões e de até R\$ 102,203 bilhões, respectivamente.

Contas do Governo Federal Em R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional

Durante coletiva, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que o **resultado primário do governo só deve voltar a ser positivo em 2026 ou 2027** caso não haja adoção de medidas adicionais.

Ele citou que medidas como a venda de ativos da União poderiam fazer com que o governo ficasse com as contas no azul antes.

PIB e inflação

Na proposta de LDO, o **governo manteve estimativa de alta de 2,5% para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2022**. Para 2021, a estimativa é de um crescimento de 3,2% na economia.

No caso da **inflação** medida pelo IPCA, a **estimativa do governo é de 3,5% em 2022**, contra 4,4% neste ano.

Essas previsões já tinham sido divulgadas em março pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

A **meta central de inflação para este ano é de 3,75%**. Pelo sistema de metas, não haverá descumprimento se a inflação oscilar entre 2,25% e 5,25% em 2021. Em 2022, a meta central de inflação é de 3,50% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2% a 5%. A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic), que atualmente está em 2,75% ao ano.

Perguntas censuradas

O governo apresentou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022 **antes mesmo da sanção do Orçamento de 2021**. O Palácio do Planalto enfrenta um impasse com a peça orçamentária desse ano, que tem sido alvo de críticas e contestações.

Durante a coletiva de imprensa para apresentar o PLDO de 2022, o Ministério da Economia decidiu excluir parte das perguntas de jornalistas sobre os conflitos envolvendo o Orçamento de 2021.

Por meio de alterações orçamentárias, o Congresso cortou R\$ 26,45 bilhões em gastos obrigatórios para inflar as emendas parlamentares previstas para este ano. A lei prevê R\$ 46 bilhões para esse destino, justamente no ano que antecede as eleições para deputados, senadores e presidente em 2022.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 16/04/2021	Caderno: Economia



ICMS – PIS/Cofins – um mundo de incertezas

Marcelo Salles Annunziata e Marco Favini*

16 de abril de 2021 | 06h30

Passados quatro anos desde aquelas duas sessões de julgamento ocorridas em 9 e 15 de março de 2017 no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e a fixação da tese 69 de repercussão geral: “O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS”, a Presidência do STF determinou a inclusão do recurso extraordinário (RE) 574.706 na pauta de julgamento do dia 29 de abril de 2021 para julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal.

A retomada do julgamento é importantíssima, ainda que tal providência tenha ocorrido somente após a veiculação na mídia de um ofício-circular da Presidência do STF para os Tribunais Regionais Federais determinando a suspensão dos feitos em 2ª instância.

Afinal nesses quatro anos, vimos a Fazenda Nacional opor os referidos embargos de declaração, os quais pretendem a modulação da decisão de inconstitucionalidade com efeitos prospectivos, apesar da inexistência das hipóteses exigidas pelo art. 27 da Lei 9.868/99 (o único argumento é o impacto financeiro aos cofres públicos) e esclarecimentos sobre a apuração dos créditos, sob o peculiar e equivocado entendimento de que o valor de ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o imposto pago aos Estados, e não o imposto destacado nas notas fiscais de saída (outubro de 2017).

Posteriormente, com base em seu peculiar entendimento, a Receita Federal editar a Solução de Consulta Interna COSIT nº 13 para vincular a atuação dos auditores fiscais

em relação à análise dos créditos apurados a partir das ações judiciais, limitando-os ao valor do imposto recolhido aos Estados (outubro de 2018).

Vimos também a inclusão e a retirada do recurso de duas pautas de julgamento (dezembro de 2019 e abril de 2020); além de diversas provocações e pedidos para o julgamento definitivo da matéria, tanto por parte dos contribuintes como pelas autoridades fiscais.

E, mais recentemente, a criação pela Receita Federal de uma equipe nacional para auditar os créditos daquelas empresas que já tiveram os seus processos individuais encerrados e cujos créditos já estão sendo usados em processos de compensação (março de 2021).

Ou seja, ao longo desses anos, ao invés de se buscar a resolução do problema, tivemos somente o aumento das incertezas e do contencioso ligado ao assunto, chegando, ao derradeiro ofício-circular que solicita (ordena) o represamento das ações nos TRFs e que, muito provavelmente, determinou a repentina inclusão do RE na pauta de julgamento do dia 29 de abril de 2021.

Mas por que o citado ofício circular teria ensejado a retomada do tema? Porque a determinação do STF, como guardião da Constituição, contraria a legalidade (Código de Processo Civil) e os outros diversos princípios constitucionais, como o devido processo legal, a isonomia, a celeridade processual e a segurança jurídica, além de ocorrer à margem dos autos da repercussão geral, onde, inclusive, a União Federal já havia requerido por mais de uma vez a suspensão nacional dos processos e não tinha tido o pleito atendido.

A ordem da Suprema Corte do país, que ratificava a posição que já vinha sendo adotada pela atual Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), não só contraria a Constituição Federal como viola diversos dispositivos do próprio Código de Processo Civil, como: o art. 1.030, inc. I, que determina a negativa de seguimento para recursos extraordinários e especial interpostos contra acórdão que esteja em conformidade com o entendimento dos Tribunais Superiores em julgamento de

repercussão geral e/ou recurso repetitivo, o art. 1.040, que determina, após a publicação do acórdão, como no caso do ICMS – PIS/COFINS cuja publicação ocorreu em 02 de outubro de 2017 – aos Tribunais de 2ª instância a imediata aplicação da tese firmada pelo STF e a negativa de seguimento aos recursos especiais ou extraordinários, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior e o art. 1.026 do CPC que aduz, textualmente, que os embargos de declaração, recurso pendente no RE 574.706, não possuem efeito suspensivo.

No caso específico do TRF-3, verifica-se ainda que a decisão de suspensão (sobrestamento) do feito contraria a colegialidade, uma vez que as 3 (três) turmas que analisam (julgam) matéria tributária já se posicionaram pelo descabimento da suspensão dos efeitos, exatamente, com base no ordenamento processual. E, mais, altera radicalmente a posição anteriormente adotada pelo Órgão Especial desse Tribunal e vai na contramão do entendimento dos demais Tribunais Regionais Federais.

Tanto é que o Ministro Celso de Mello, pouco antes de se aposentar, ao proferir seu voto como relator do RE 592.616, repercussão geral que trata da discussão do ISS – PIS/COFINS, posicionou-se de forma contrária a suspensão do julgamento em razão dos embargos de declaração do RE 574.706.

Todos esses acontecimentos não prejudicam só os contribuintes litigantes, prejudicam o Brasil, dada a clara demonstração de insegurança jurídica que permeia as relações jurídico-tributárias no país.

No entanto, agora, aparentemente, temos uma data para se colocar um ponto final nessa discussão, em que se espera que o STF prestigie a segurança jurídica de suas próprias decisões, respeitando as garantias e princípios constitucionais e a forma de apuração das contribuições sociais, o que evidencia a nítida falta de fundamentos de validade para os embargos de declaração que serão julgados (assunto para um outro artigo).

***Marcelo Salles Annunziata e Marco Favini são, respectivamente, sócio e advogado da área tributária do Demarest Advogados**



Associação orienta auditores fiscais a não concederem perdão tributário a igrejas

Congresso derrubou veto de Bolsonaro para anular dívidas tributárias de igrejas acumuladas após fiscalizações e multas aplicadas pela Receita Federal

Lorena Rodrigues, O Estado de S. Paulo

15 de abril de 2021 | 15h53

BRASÍLIA - A Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco) orientou a categoria a não autorizar a concessão de benefícios a **igrejas**, aprovados pelo **Congresso Nacional**, sob pena de cometerem “ilícito administrativo”.

No dia 17 de março, com o aval do presidente **Jair Bolsonaro**, o Congresso derrubou um veto do próprio chefe do Planalto para anular dívidas tributárias de igrejas acumuladas após fiscalizações e multas aplicadas pela **Receita Federal**. A renúncia tributária estimada é de R\$ 1,4 bilhão nos próximos quatro anos.

A Unafisco, no entanto, alerta que, ao validar a imunidade às igrejas, os auditores podem estar cometendo uma irregularidade, já que, no ano passado, o **Tribunal de Contas da União (TCU)** concluiu, em acórdão, que a concessão de benefício fiscal é vedada até que “medida tributária compensatória seja claramente efetivada”, o que não foi indicado no caso das leis que concederam isenção da cobrança da **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** e das prebendas (como é chamado o valor recebido pelo pastor ou líder do ministério religioso por seus serviços) das igrejas.

“Até que sobrevenha uma lei orçamentaria ou lei compensatória ou ainda que seja aprovado novo orçamento para o ano seguinte o benefício em questão não poderá ser concretizado. As igrejas, por exemplo, continuarão devedoras, não podendo esse perdão ser concretizado por autoridade fiscal”, afirma Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional.

Silva explicou que, como a lei garantiu um perdão de dívidas passadas, os auditores teriam que cancelar lançamentos já feitos cobrando essas dívidas, mas que tais despachos iriam contra o entendimento do TCU. A orientação para a categoria é que os auditores façam representações à Receita Federal questionando sobre o acórdão do TCU a cada despacho sobre o tema.

O entendimento da Unafisco Nacional é que há “um risco iminente à segurança funcional do auditor que reconheça o benefício fiscal” antes de a compensação orçamentária ser demonstrada. “A associação recomenda que o mais seguro para o auditor, que tenha que reconhecer efeitos de benefícios fiscais, é pedir antes parecer dos órgãos centrais”, completa a entidade.

Bolsonaro vetou lei aprovada pelo Congresso Nacional que livrava as igrejas do pagamento da CSLL e ainda anulava dívidas passadas, justamente com o argumento de que o dispositivo foi aprovado sem compensação fiscal e a sanção poderia ser classificada como crime de responsabilidade - dando margem, inclusive, para um processo de impeachment. O presidente, porém, se manifestou favorável à não tributação de templos e estimulou a derrubada do próprio veto.

Como mostrou o **Estadão**, beneficiadas com o perdão, as igrejas acumulam R\$ 1,9 bilhão em débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU). Algumas delas deixaram de pagar à União até mesmo a contribuição previdenciária e o Imposto de Renda já descontados do salário do empregado.

Não tem cabimento Bolsonaro sancionar um Orçamento ilegal

Rever a meta fiscal para este ano passa a ser uma alternativa menos ruim, entre tantas propostas absurdas

Com a posição inflexível do Centrão contra um ajuste no Orçamento fictício, os políticos da base do governo se desdobram para preservar suas emendas com ideias mirabolantes. Agora, assessores técnicos da Câmara passaram a endossar a estranha alternativa de o presidente Jair Bolsonaro sancionar o projeto, para que ele seja colocado dentro das regras fiscais aos poucos, no decorrer do ano.

Não tem cabimento Bolsonaro sancionar um Orçamento que, além de sabidamente inexecutável, ainda por cima é ilegal. O parecer da Consultoria da Câmara que autoriza o presidente a fazê-lo, mesmo com o descasamento entre as despesas obrigatórias e as receitas, é apenas uma tentativa canhestra de empurrar o problema com a barriga. Cedo ou tarde, a conta chegará. Assinar um Orçamento ilegal não configurar crime é um conceito no mínimo extravagante.

No campo das ideias estapafúrdias, claro que nada supera o conselho de assessores para que Bolsonaro e o vice

Hamilton Mourão deixem o país, de modo que o terceiro na linha sucessória, o presidente da Câmara, Arthur Lira, assine o Orçamento inexecutável — e passe a correr os riscos por ter cometido crime de responsabilidade.

Sem muita saída, diante dos interesses do Centrão e da indecisão de Bolsonaro, o Ministério da Economia avalia agora mudar a meta fiscal, para reconhecer um rombo maior que os quase R\$ 250 bilhões já projetados. Chegou a propor uma PEC, limitada a gastos com saúde, emprego e crédito. Serviria de lastro para a nova edição da MP 936, que permite, no setor privado, acordos para a redução de salário e corte proporcional da jornada de trabalho, com a contrapartida da manutenção do emprego. Também para reforçar o Pronampe, que concede empréstimos para pequenas empresas suportarem a crise, como aconteceu no ano passado.

Não houve acordo, diante da posição inamovível de Lira em favor do Orçamento inexecutável. Os recursos para o programa de manutenção do emprego e de ajuda a empresas deverão ser libe-

rados por créditos extraordinários. O pano de fundo político é um presidente ansioso para ter obras a apresentar no palanque em 2022, com seus aliados do Centrão — e um ministro da Economia sob intensa pressão. É certo que o déficit previsto já não seria cumprido com as despesas da pandemia. Daí a ideia de ampliá-lo.

A PEC também correria o risco de desvirtuamento no Congresso, para permitir que gastos sem relação com a pandemia pudessem ficar fora do teto de despesas. Não se pode esquecer que, na montagem do Orçamento inexecutável, relatado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC), os recursos para o Ministério do Desenvolvimento Regional já passaram de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 21 bilhões. A revisão da meta fiscal pelo menos seria uma saída transparente, embora o melhor seja fazer o certo: cortar mais de R\$ 30 bilhões do Orçamento, para compensar a indevida redução de despesas obrigatórias, que só serviu para mascarar emendas de parlamentares destinadas a financiar obras de interesse eleitoral.

Governo propõe rombo de R\$ 170 bi em 2022

Contas públicas devem ficar no vermelho até 2026 ou 2027, diz Ministério da Economia. Proposta da LDO prevê salário mínimo de R\$ 1.147 no ano que vem, o terceiro sem ganho real, e gastos com obras mesmo sem Orçamento aprovado

MANGUEL VENTURA
E FERNANDA TRISOTTO
escritores @oglobo.com.br
Reak

Enquanto o Orçamento de 2021 é alvo de uma disputa entre o governo e o Congresso e ainda não foi sancionado, o Ministério da Economia apresentou ontem o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que prevê as bases para as contas públicas do próximo ano. A equipe econômica propôs um rombo de R\$ 170 bilhões, o equivalente a 1,9% do PIB.

Neste ano, o governo está autorizado a ter um rombo bem maior, de R\$ 247,1 bilhões, sem contar os gastos do auxílio emergencial. Mesmo assim, cogita propor ao Congresso uma alteração na meta fiscal para editar as medidas de combate à Covid-19 e aumentar as despesas com saúde.

A LDO do ano seguinte é encaminhada ao Congresso sempre no dia 15 de abril. O texto para 2022 prevê um salário mínimo de R\$ 1.147. Esse valor foi calculado com base em uma estimativa de inflação de 4,3%, medida pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e não traz ganho real pelo terceiro ano consecutivo. O número pode mudar, a depender da inflação do ano fechado, já que o piso nacional só é reajustado em janeiro.

O governo prevê que só voltará a ter as contas no azul em 2026 ou 2027, segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior. Com isso, o país terá 13 ou 14 anos seguidos de rombo nas contas públicas, já que desde 2014 elas fecham no vermelho. A estimativa do governo foi feita prevendo um crescimento do PIB de 3,2% em 2021 e de 2,5% em 2022.

BRECHA EM ANO ELEITORAL

Ainda de acordo com a proposta de LDO, o governo quer autorizar em 2022, ano eleitoral, a execução de investimentos, conservação de rodovias e despesas com obras mesmo antes da aprovação do Orçamento. Normalmente, apenas gastos obrigatórios podem ser executados sem o Orçamento aprovado, o que não é o caso de obras.



Despesas. Waldery Rodrigues defendeu o teto de gastos: decisão em cima da mais importante peça, que é o Orçamento

O secretário de Orçamento Federal, George Soares, justificou que a demora na aprovação do Orçamento cria problemas e gera prejuízos para o governo. Citando o Ministério da Infraestrutura, ele afirmou que, quando gastos para obras de ma-

nutenção da malha rodoviária são bloqueados, por exemplo, as estradas acabam se deteriorando.

Gastos com obras costumam ser cobrados por parlamentares aliados ao governo como forma de garantir apoio político.

A equipe econômica também fez estimativas sobre o crescimento do teto de gastos para o próximo ano. A regra, que limita o crescimento das despesas da União à inflação, é corrigida oficialmente apenas em agosto, quando o Orçamento é encaminhado ao

Congresso. A estimativa é que o teto cresça 7,14% em 2022, uma alta de R\$ 113 bilhões. Nos bastidores, os técnicos já sabem que esse aumento vai se converter em mais pressão por obras e por reajuste dos servidores em um ano eleitoral.

Rodrigues defendeu que as projeções para as despesas não obrigatórias e de investimento para os próximos anos serão suficientes para o funcionamento da máquina pública e que o governo não vê uma disfuncionalidade no teto de gastos:

—O teto de gastos tem enorme virtude em trazer a necessidade de uma decisão em cima da mais importante peça da nossa democracia, que é o Orçamento, o que precisa ser decidido como prioritária.

A previsão do governo é que a dívida encerre 2021 em 87,2% do PIB, reduza para 86,7% em 2022 e volte a subir nos anos seguintes.

Já de olho na eventual demora na aprovação do Orçamento do próximo ano também, a LDO de 2022 aumentou o rol de despesas que podem ser executadas sem a peça orçamentária ter sido aprovada.

Governo estuda bloquear até R\$ 30 bi em despesas para destravar Orçamento

Ministro do TCU determina que área técnica do órgão ouça a Economia para avaliar o risco de crime de responsabilidade fiscal

GERALDA DOCA
para do@folha.com.br
folha.com.br

Um acordo em negociação entre governo e Congresso deve prever um corte de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões no Orçamento de 2021. O contingenciamento seria parte de um arranjo de medidas para fazer com que a proposta seja sancionada integralmente, em um aceno ao Legislativo, segundo fontes que participam das negociações.

Um bloqueio em volume tão alto vinha sendo criticado pela equipe econômica por causa do risco de paralisação da máquina pública. Fontes que

pressionam pelo acordo argumentam que a liberação de recursos do Orçamento costuma ocorrer em ritmo lento até junho, o que permitiria ajuste gradativo das despesas.

Com a medida, o presidente Jair Bolsonaro manteria parte das emendas de relator, assegurando aos parlamentares algo em torno de R\$ 16,5 bilhões. A cifra exata vai depender do remanejamento de algumas rubricas.

A solução vem sendo defendida principalmente por parlamentares. A avaliação de interlocutores do governo é que as conversas avançaram depois de reuniões entre os mi-

nistros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), além de lideranças da base de apoio.

SANÇÃO NA DATA LIMITE

Auxiliares de Bolsonaro que acompanham as discussões dizem que já há solução encaminhada com o aval de Guedes. Participam dos ajustes assessores diretos do presidente, técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU), da área jurídica e da Economia.

Mesmo que o acordo seja fechado, Bolsonaro somente deverá sancionar o Orçamen-



Impasse. Expectativa é que o presidente Jair Bolsonaro tome uma decisão sobre o Orçamento até o fim de semana

to na próxima quinta-feira, data limite. Até lá serão preparados atos burocráticos necessários ao encaminhamento da questão. A expectativa é que o presidente tome uma decisão até o fim de semana.

Apesar do alerta de técnicos da área econômica, a ala política trabalha para convencer o presidente de que ele pode sancionar o Orçamento sem risco de incorrer em crime de responsabilidade fiscal.

Um parecer da Subsecretaria

de Assuntos Jurídicos da Presidência da República deverá apontar que não há risco na sanção, sob o argumento de que a execução do Orçamento depende da disponibilidade financeira ao longo do ano.

Ontem, o ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou que a área técnica do Órgão ouça a Economia para dar continuidade aos trabalhos para avaliar o risco de crime de responsabilidade envolvendo o

Orçamento. Em tom cauteloso, ele disse que vai aguardar o parecer técnico e submeter o voto ao plenário da Corte.

Diante da possibilidade de acordo, o Congresso deve votar até terça-feira o projeto de lei que abre caminho para a reedição da medida provisória (MP) 936, que prevê redução de salário e suspensão do contrato, além Pronampe, programa de crédito para pequenas empresas. (Colaborou Jussara Soares)

Petrobras reajusta gasolina pela 7ª vez no ano

Com aumento anunciado na véspera da troca de comando na estatal, combustível acumula alta de 43,4% na refinaria. Silva e Luna deve ser confirmado presidente em reunião do conselho hoje. Ele vai indicar quatro funcionários de carreira para diretoria

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Na véspera da confirmação do general Joaquim Silva e Luna como presidente da Petrobras, a estatal anunciou reajustes nos preços de combustíveis, que entram em vigor hoje. O preço por litro da gasolina vai subir R\$ 0,05, para R\$ 2,64, no valor cobrado na refinaria. Trata-se da sétima alta neste ano, com variação acumulada de 43,4% na refinaria.

O diesel terá aumento de R\$ 0,10 por litro, para R\$ 2,76. Foi o sexto aumento desde o início de 2021, e o produto acumula alta de 36,6%. Diante das queixas de caminhoneiros, que fazem parte de sua base eleitoral, o presidente

Jair Bolsonaro passou a fazer críticas publicamente aos reajustes anunciados pela estatal este ano durante a gestão de Roberto Castello Branco. Insatisfeito, Bolsonaro indicou Silva e Luna para ocupar o comando da empresa. Nesta semana, o general já foi eleito para uma vaga no Conselho de Administração da estatal. O nome dele deve ser confirmado hoje em reunião do conselho para o posto de presidente da companhia.

Segundo a Petrobras, o alinhamento de preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro seja suprido sem riscos de desabastecimento. O reajuste anunciado ontem foi divulgado após duas quedas. O preço da gasolina

e do diesel vendidos na bomba do posto revendedor é diferente do valor cobrado nas refinarias da Petrobras. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis.

Ainda não se sabe exatamente qual é a avaliação do fu-

turo presidente da companhia em relação a questões relevantes para a estatal, como a política de preços, que repassa aos valores cobrados nas refinarias a flutuação nas cotações do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional, e a estratégia de vender ativos para reduzir seu endividamento.

TRANSIÇÃO SUAVE

Mesmo antes da posse, Silva e Luna já dá expediente na sede da companhia e pretende acabar com o trabalho em regime de home office para a diretoria. A Petrobras vai reavaliar em maio se seus funcionários devem regressar ao modelo presencial, mas, segundo fontes, tudo será decidido de acordo com informações sobre o andamento da pandemia.

Além disso, os empregados serão divididos em grupos com base em critérios como comorbidade e filhos em idade escolar, entre outros.

Silva e Luna pretende nomear quatro funcionários de carreira da estatal para compor a nova diretoria. Segundo duas fontes, o general optou por "preservar" nomes internos como forma de fazer uma transição suave na empresa, sem trazer pessoas de fora para os cargos de diretores das áreas de Exploração e Produção, Desenvolvimento da Produção, Comercialização e Logística e Finanças e Relacionamento com Investidores.

Os diretores dessas áreas colocaram os cargos à disposição em meio ao processo de demissão de Ro-

berto Castello Branco.

O Comitê de Pessoas já examinou os nomes e deu recomendação positiva. Os quatro novos diretores "vieram de dentro da empresa, segundo programas internos do plano de sucessão do RH", destacou uma das fontes.

Os outros diretores atuais continuam nos cargos: Nicolás Simone (Transformação Digital e Inovação), Rodrigo Costa Lima e Silva (Refino e Gás Natural), e Roberto Ardenghy (Relacionamento Institucional e Sustentabilidade). Em março, o Conselho aprovou ainda Salvador Dahan para diretor de Governança e Conformidade.

Com o aval do conselho, Silva e Luna deve tomar posse hoje em cerimônia interna.

36,6%

de alta acumulada desde o início do ano

É o percentual de aumento do diesel depois dos seis reajustes feitos pela Petrobras

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Vitrine

As empresas donas dos grandes shopping centers de São Paulo acabam de revisar para cima a projeção de demissões por causa da pandemia. Até a semana passada, a estimativa era cortar 5,5 mil vagas entre funcionários dos lojistas e dos próprios shoppings, segundo pesquisa da Abrasce (associação do setor). Agora começam a falar em 60 mil postos nas próximas semanas. Segundo a entidade, dos 601 shoppings no país, 236 estão fechados e 365, funcionando com restrições.

PORTAS A Abrasce publicou nesta quinta-feira (15), em conjunto com outras 20 entidades de comércio, serviços e sindicais, um novo manifesto pedindo a reabertura do comércio com protocolos sanitários.

CONGESTIONAMENTO A Associação Nacional dos Detrans mandou um pedido ao Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) para que o governo federal inclua os examinadores de trânsito e instrutores de autoescola no calendário preferencial de vacinação da Covid. Segundo a entidade, o país tem hoje 14,6 mil pequenas autoescolas com mais de 63 mil empregados.

TUJOLO A EQI Investimentos assinou na quarta (14) um acordo para a aquisição da área de fundos imobiliários da gestora americana NCH Capital, que opera no Brasil, segundo Juliano Custódio, presidente da empresa. "Eles são fortes na área imobiliária e no agronegócio. Vamos entrar com força no mercado de fundos imobiliários, e ter funding para construí-las através da nossa gestora", afirma.

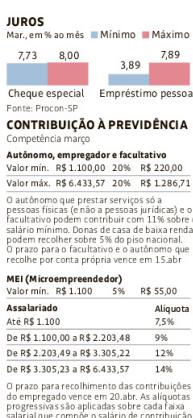
FUTURO Segundo Custódio, uma das vantagens para a EQI é o fundo listado em Bolsa, que passa a ser gerido por ela na sociedade. "Nos dá a possibilidade de fazer follow-ons mais rápido, captar mais dinheiro de investidores para financiar mercado imobiliário, e o foco desse fundo é dessa asset só lottamente no interior do Brasil", diz.

MAJESTADE No balanço das canções de Roberto Carlos, que faz 80 anos na segunda-feira (19), "Como É Grande o Meu Amor Por Você", composta há mais de 50 anos, foi a que mais rendeu direitos autorais ao rei no ano passado, segundo levantamento do Ecad, entidade que arrecada os direitos no país.

DETALHES Nos últimos cinco anos, a mais tocada foi "É Preciso Saber Viver", e a maior parte dos rendimentos em direitos autorais pela execução pública das músicas de Roberto Carlos partiu dos segmentos de rádio, shows e TV, que equivalem a cerca de 85% do que foi destinado ao artista, ainda segundo o Ecad.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES



MENSAGEIRO O presidente da Abrasce, associação de bares e restaurantes, Paulo Solmucci, enviou um comunicado aos associados da entidade nesta quarta (14) reportando o resultado de uma reunião que teve nesta semana com o presidente Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

ALÔ Aos donos dos estabelecimentos que estão ansiosos pelo corte de jornada e salário, Solmucci disse que o encontro deixou claro que, para liberar o programa, é preciso aprovar o PLN2 do Orçamento, projeto de lei do Congresso, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco lhe telefonou garantindo que a Casa deve votar até a próxima terça (20).

CALENDÁRIO "O ministro Paulo Guedes disse que, assim que aprovasse isso, ele solta a medida provisória em um ou dois dias. Me disse isso textualmente, ontem na frente do presidente", afirma Solmucci. A expectativa dele é que o salário de abril já possa ser incluído na medida.

MIRA Em campanha contra o projeto de lei do senador Lasier Martins (Podemos-RS) que tenta suspender o reajuste anual dos remédios, o representante da indústria Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma, diversificou a argumentação e fez uma analogia com o setor armamentista.

GATILHO Além de repetir que o mercado sofre com a alta do dólar, dos preços dos insumos e dos gastos com logística, Mussolini diz que, enquanto a indústria bélica vem recebendo incentivo e tira vidas, a farmacêutica sabe que a produção do remédio de arsenal terapêutico e os enfermeiros e médicos de guerreiros da pandemia.

PRATO O Grupo UOL, empresa em parte participação acionária minoritária e indireta da Folha, vai doar mais 50 mil cestas básicas para os esforços de combate à fome na pandemia em seis estados e no DF. A distribuição começou nesta quinta (15), em São Paulo, com a Associação de Moradores de Paraisópolis, e seguirá com as entidades Ação da Cidadania, Gastromotiva e Projeto Família Apóia Família.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduç., em R\$
Até 1.903,98		
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.252,48	Valor, em R\$
Empregado	96,22
Empregador	250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 9% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% a 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Governo quer garantir gastos com obras em ano eleitoral mesmo sem Orçamento

Continuação da pág. A17

Parte do espaço será consumida pela ampliação de gastos previdenciários e outras rubricas obrigatórias, mas também deve haver margem para gastos aplicados por decisão do governo, como investimentos em obras públicas.

A expectativa é que a inflação comece a ceder no segundo semestre. O índice deve ser mais baixo no encerramento do ano, quando são definidos os reajustes de salário mínimo e benefícios previdenciários, que pesam nas contas do governo. Por isso, o limite

“O critério foi tentar preservar a manutenção da malha rodoviária e investimentos em andamento para não perder recursos por paralisação”
George Soares
secretário de Orçamento
Federal

do teto deve acabar crescendo mais do que esses gastos.

As despesas com obras públicas são foco de atrito no governo desde o início da gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Enquanto o ministro Paulo Guedes (Economia) pede um enxugamento dos gastos públicos e incentivo aos investimentos privados, as alas política e militar defendem uma ampliação das despesas do governo.

Em abril de 2020, ainda no início da pandemia do novo coronavírus, as alas política e militar elaboraram um plano de recuperação eco-

nômica baseado em investimentos em obras públicas, chamado de Pró-Brasil.

Contrária à ideia, a equipe econômica argumentou que o governo não tinha recursos para bancar obras sem romper o teto de gastos. O plano acabou deixado de lado.

Na tentativa de resolver o impasse sobre o Orçamento deste ano, o governo chegou a elaborar uma proposta para retirar emendas parlamentares do teto de gastos, abrindo margem para mais obras. A ideia foi alvo de críticas, e o governo também recuou nesse plano.

Governo estima rombo de R\$ 171 bi em 2022 e vê 11 anos de contas no vermelho

Ainda sem solução para o Orçamento de 2021, equipe econômica apresenta projeto que estabelece diretrizes para o ano que vem

Bernardo Caram

BRASÍLIA No projeto que estabelece as diretrizes para o Orçamento de 2022, enviado ao Congresso nesta quinta (15), o governo estipulou uma meta fiscal de rombo de R\$ 170,5 bilhões para o ano que vem.

Será o nono ano consecutivo de déficit nas contas públicas, com o governo federal gastando mais do que arrecada. O projeto ainda traz estimativas do governo para os dois anos seguintes e aponta que o buraco persistirá ao menos até 2024, totalizando 11 anos seguidos de resultado primário negativo.

Ainda sem solução para o Orçamento deste ano, o governo apresentou o projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2022 nesta quinta, prazo-limite para envio ao Congresso. O texto também definiu que o salário mínimo deverá ser reajustado de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro.

O reajuste, antecipado pela Folha, ficará em 4,3%, sem ganho real aos trabalhadores. Será o terceiro ano seguido em que o piso nacional não terá aumento acima da inflação, mantendo o plano do governo Jair Bolsonaro (sem partido), que acabou com a política de ganhos reais que vigorou no Brasil por mais de duas décadas.

A equipe econômica ainda afirmou que não tem prazo para corrigir uma defasagem ocorrida no reajuste do salário mínimo do ano passado, que ficou abaixo da inflação.

No início de 2021, Bolsonaro deixou de conceder um aumento retroativo de aproximadamente R\$ 2. Isso porque, com a alta inesperada dos preços no fim de 2020, o governo corrigiu o salário mínimo para R\$ 1.100, mas, de acordo com a inflação oficial divulgada apenas em janeiro deste ano, o piso deveria ter subido para R\$ 1.102, o que não aconteceu.

A Constituição determina que o piso nacional seja reajustado para manter o poder de compra do trabalhador. No entanto, de acordo com o secretário especial de Fazenda da pasta, Waldery Rodrigues, não há definição sobre esse aumento residual.

"Utilizando o dado fechado do INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor], houve de fato essa diferença de R\$ 2. Os R\$ 1.100 poderiam se tornar R\$ 1.102, mas esse ajuste será feito ao longo do tempo. Não temos, no momento, nenhuma orientação

R\$ 170,5 bilhões
É a meta de déficit estabelecida pelo governo para o resultado fiscal de 2020

R\$ 1.147
É o valor previsto para o salário mínimo a partir de janeiro de 2022. Reajuste não dará ganho real ao trabalhador

R\$ 106 bilhões
É o espaço que será aberto no teto de gastos no ano que vem, uma alta de 714%

R\$ 1,524 trilhão
É o volume previsto de despesas obrigatórias, como aposentadorias e salários de servidores

R\$ 96,7 bilhões
É o montante de gastos discricionários, cuja destinação o governo tem autonomia para decidir. Valor, que pode ser direcionado a investimentos, é praticamente todo consumido por despesas de custeio da máquina pública

2,5%
É a expectativa oficial de crescimento do PIB em 2022

3,5%
É a previsão do governo para a inflação no ano que vem

imediate desse valor", disse.

Para cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, o governo estima uma elevação de gastos públicos de R\$ 357,8 milhões no ano. Isso porque o piso nacional é vinculado ao pagamento de benefícios previdenciários e programas assistenciais.

Portanto, uma elevação de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 deve provocar uma alta de quase R\$ 17 bilhões nas despesas federais em 2022.

A estimativa da LDO para o salário mínimo pode ser alterada ao longo da tramitação do projeto no Legislativo. O novo valor só entrará em vigor depois que o presidente da República assinar um decreto formalizando o cálculo.

O valor estipulado para a meta do ano que vem é semelhante à mais recente previsão do governo, que estimava um déficit de R\$ 178,8 bilhões.

A meta fiscal é o esforço que o governo promete fazer com o objetivo de evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas para o ano, exceto o gasto com juros.

Na coletiva, Waldery afirmou que as estimativas do governo apontam que o rombo fiscal deverá cair gradualmente nos próximos anos e as contas do governo federal provavelmente só retornarão ao azul em 2026 ou 2027. Segundo ele, esse prazo poderá ser antecipado se o governo conseguir avançar com medidas como a venda de ativos.

No início do governo Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a afirmar que zeraria o déficit do governo no primeiro ano.

Depois, ele recuou o plano. Com a pandemia, a situação piorou. O governo abriu os cofres no ano passado para pagar os custos de enfrentamento da crise sanitária. O déficit alcançou R\$ 743 bilhões, pior já registrado, e levou a dívida bruta do governo a 89,3% do PIB, patamar recorde.

ALDO é a primeira etapa da formalização do Orçamento e traz as bases para as contas do ano seguinte, com projeções de receitas e despesas, além de outros parâmetros. Esse alcece depois é usado para produzir a LOA (Lei Orçamentária Anual), que é apresentada até agosto e define o Orçamento propriamente dito, com todo o seu detalhamento.

Para elaborar a peça orçamentária, o governo estimou que o PIB crescerá 2,5% em 2022. A previsão para o IPCA

(Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é de 3,5% para o ano que vem.

O Congresso tem até meados de julho para aprovar a LDO de 2022, mas, como já ocorreu em anos anteriores, a votação pode ser adiada. Pela Constituição, o Legislativo só pode entrar em recesso em julho após ter aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano.

Em muitas ocasiões, no entanto, os parlamentares acabam saindo em um recesso informal e deixam a votação da proposta para depois.

Esses atrasos motivaram parte dos problemas do Orçamento deste ano. Por divergências políticas, a LDO de 2021 só foi votada no encerramento do ano passado. ALOA, por sua vez, foi apreciada às pressas e promulgada apenas em março deste ano, com uma série de problemas.

A peça orçamentária de 2021, que ainda precisa ser sancionada por Bolsonaro, subestimou gastos obrigatórios, como os benefícios previdenciários, e tirou recursos das emendas parlamentares e senadores podem destinar para projetos e obras em suas bases eleitorais.

Agora, Bolsonaro tem que decidir se acata a orientação da equipe econômica, que pede veto parcial ao texto e recomposição dos gastos, ou a ala política e parlamentares, que pressiona pela sanção integral com correção das contas ao longo do ano.

Pará 2021, a meta fiscal do governo está definida em déficit de R\$ 247 bilhões. No entanto, a depender da necessidade de gastos com medidas de enfrentamento da pandemia, esse valor poderá ser afrouxado. **Leia mais sobre Orçamento na pág. A21**

Ministério censura perguntas sobre Orçamento de 2021

Na entrevista desta quinta (15) sobre a LDO de 2022, o Ministério da Economia censurou as perguntas de jornalistas que se referiam ao Orçamento de 2021, alvo de disputa no governo e que ainda não foi solucionado. Os questionamentos nem sequer foram lidos aos secretários. A pasta respondeu horas depois, afirmando que o Orçamento ainda está em discussão e, por isso, não cabe ao ministério se manifestar neste momento.

PEC fura-teto foi redigida na Economia, mas pasta nega ter sido mentora da ideia

Equipe de Guedes diz que pôs no papel sugestão da Casa Civil, mas depois descartou proposta

Fábio Pupo e Thiago Resende

BRASÍLIA A proposta que retiraria despesas do teto de gastos foi redigida por servidores do Ministério da Economia. A Folha verificou as "digitais" do esboço da PEC (proposta de emenda à Constituição) a que teve acesso nesta semana.

A proposta está no centro de um jogo de empurra sobre sua real autoria e tem gerado uma guerra de versões nos bastidores após a repercussão negativa no mercado e entre analistas.

A equipe da Economia nega que a pasta seja mentora da ideia que contempla até R\$ 18 bilhões para obras fora do limite constitucional.

A reportagem verificou nas propriedades do documento vazado que o arquivo de texto foi criado na sexta-feira (9) e tem como autor um servidor do Ministério da Economia. O texto foi modificado quatro vezes e salvo pela última vez por outro funcionário da pasta, de outra área.

A análise da reportagem teve o auxílio de Lucas Lago, pesquisador no CEST-USP (Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia da Universidade de São Paulo).

Procurados, membros do ministério confirmaram à Folha que técnicos da pasta redigiram o texto, mas negam que a ideia do trecho que libe-

ra R\$ 18 bilhões tenha partido da Economia. Segundo diferentes integrantes ouvidos, a ideia foi sugerida pelo Palácio do Planalto —especificamente, pela Casa Civil (procurada, a Casa Civil não comentou).

A equipe diz que o ministério havia instruído certos técnicos da pasta a colocar no papel a proposta, que foi sugerida pela ala política como uma forma de atender acordos com o Congresso e abrir caminho para despesas bilionárias em emendas parlamentares.

Os integrantes da equipe econômica dizem que a proposta foi redigida porque eles não negam a discutir sugestões de outras áreas. Por isso, a ideia foi debatida como possibilidade e posta no papel.

Com isso, foi inserido o trecho que remove até R\$ 18 bilhões para "outras despesas que tenham por objetivo atenuar os impactos sanitários, sociais e econômicos, agravados durante o período da pandemia de Covid-19". Por ser genérico, o trecho abriria espaço inclusive para obras.

O fato de técnicos terem redigido o texto do documento, de acordo com os membros da pasta, não significa que eles seriam os mentores da proposta nem que o texto seria levado adiante pelo ministério. Pelo contrário, de acordo com eles, o ministério diz que, antes mesmo de vazada, a proposta já tinha sido derrubada pe-



O ministro Paulo Guedes; documento mostra que arquivo de texto é de servidor da Economia *Edu Andrade - 25.mar.21/Ascom/ME*

lávica própria equipe econômica.

O ministro Paulo Guedes (Economia) defende a PEC, mas sem a previsão de R\$ 18 bilhões para obras fora do teto.

A ideia de Guedes é que a PEC dê segurança jurídica a medidas de combate à Covid-19 para funcionários da pasta que têm receio de assinar atos cuja legalidade pode ser questionada posteriormente.

Com o aval do Congresso, haveria uma regra clara para que gastos diretamente ligados à pandemia não fiquem dentro do limite do teto, como o programa de manutenção do emprego (corte de jornada e salário), medidas na área de crédito e verbas para o sistema de saúde.

A proposta dos R\$ 18 bilhões teria sido interpretada internamente logo em seus primeiros passos como uma "carona" da ala política na PEC que já estava em discussão e algo que iria na contramão do processo de reorganização das contas públicas.

Segundo a equipe econômica, o texto é apenas uma de diferentes propostas discutidas. De fato, o nome do documento obtido pela reportagem tem no final a expressão "v2", indicando que o texto vazado seria a segunda de diferentes versões de um texto.

Membros da equipe econômica ainda mostram insatisfação interna com o episódio pelo fato de o ministério ter

levado a culpa pela proposta. Segundo um deles, tudo está sendo jogado no colo da pasta.

Também há a visão de que adversários têm usado o episódio para desgastar a Economia e, com isso, ganhar vantagens em discussões.

A discussão sobre a PEC é só uma parte do imbróglio sobre as contas públicas. O Orçamento de 2021 foi aprovado pelo Congresso com menos verbas que o necessário em despesas obrigatórias, para dar espaço às emendas, e com riscos de pedaladas nos mesmos moldes da usada como base para derrubar Dilma Rousseff (PT).

Por isso, o presidente Jair Bolsonaro está em meio a um impasse. Ou sanciona o Orçamento e corre risco de uma acusação por crime de responsabilidade ou vota ao menos parcialmente o trecho e desagrada ao Congresso.

Ministro não é insubstituível, diz líder do centrão

Julia Chaib e Renato Machado

BRASÍLIA Aliado do presidente Jair Bolsonaro e um dos líderes do centrão, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) critica a postura do ministro da Eco-

nomia, Paulo Guedes, na interlocução com o Congresso, em especial no caso da sanção do Orçamento.

Nogueira diz não defender a saída de Guedes do governo, mas afirma que o chefe da equipe econômica não é "insubstituível".

"Não, de forma nenhuma [eu defendo a sua demissão]. Havia muito tempo não tínhamos um ministro que tivesse uma representatividade tão grande. Agora, ele não é insubstituível. Se ele morrer, e pais acaba? Não. Ninguém é insubstituível", afirmou o senador em entrevista à **Folha**.

"Ele tem errado muito nessa articulação [com o Congresso]", completou.

A declaração aconteceu no auge da crise entre Executivo e Congresso por causa da sanção do Orçamento. Parlamentares são contra o veto a emendas incluídas durante a tramitação da proposta orçamentária na Câmara e no Senado.

Argumentam que toda a tramitação e as mudanças no Orçamento foram acordadas com a equipe econômica do governo federal. Guedes, por outro lado, defende a sanção com vetos, argumentando que Bolsonaro pode responder por crime de responsabilidade caso mantenha as emendas.

"Eu acho que o acordo tem que ser honrado. Esse acordo foi feito há mais de 30 dias. A equipe econômica assumiu esse compromisso, então tem que cumprir. Eu acho que esses recursos são fundamentais para a infraestrutura do país, para a nossa retomada econômica. Eu defendo que seja sancionado conforme foi acordado", disse Ciro Nogueira.

"Foi um erro gravíssimo do governo, ter feito acordo, ter concordado e depois querer voltar atrás", completou.

★ ★ ★
FOLHA100
★ ★ ★

COLEÇÃO 100 ANOS DE FOTOGRAFIA
 PELAS LENTES DA FOLHA

Eles entraram para a história se manifestando. Nós contamos a história fotografando.

A Passeata dos Cem Mil contra a ditadura militar, o movimento das Diretas Já, os protestos de 2013. O oitavo volume da **Coleção 100 Anos de Fotografia pelas Lentes da Folha** mostra a grandeza e o poder das grandes manifestações populares dos últimos cem anos. Além dos atos políticos, o livro traz registros históricos de greves, de protestos contra o racismo e o machismo e a comoção das multidões durante os jogos da Copa do Mundo.



manifestações



trabalho



APENAS
R\$24,90
CADA LIVRO
+ PÔSTER*

A CADA EDIÇÃO

1 livro + 1 pôster grátis para emoldurar*

NESTE DOMINGO

JÁ NAS BANCAS

Assinante

Peça já sua coleção completa, ganhe 1 livro, o frete e ainda pague em até 10x no cartão.*
 Ligue 11 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades)

folha.com.br/100anosdefotografia



*PREÇO E FRETE VÁLIDOS PARA OS ESTADOS DE SP, RJ, MG E PR. PARA OUTRAS LOCALIDADES, CONSULTE FOLHA.COM.BR/100ANOSDEFOTOGRAFIA. CONDIÇÃO DE PARCELAMENTO VÁLIDA NO CARTÃO DE CRÉDITO.

Proposta prevê mínimo sem ganho real em 2022

Salário passaria do atual R\$ 1,1 mil para R\$ 1.147 no próximo ano, segundo o PLDO de 2022

Por Edna Simão, Mariana Ribeiro e Fabio Graner — De Brasília

16/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

O salário mínimo deve subir do atual R\$ 1,1 mil para R\$ 1.147 no próximo ano, segundo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022. Em 2023 e 2024, deve ser R\$ 1.188 e R\$ 1.229, respectivamente. Assim como em 2020 e neste ano, as estimativas da equipe econômica não consideram ganho real. A atualização do valor considera a estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

No caso do ano que vem, a estimativa para o INPC é de 3,5%, valor que ficaria praticamente estável até 2024. Para este ano, projeção para esse índice de é inflação

é de 4,4%. O piso nacional é base para pagamento dos benefícios assistenciais e previdenciários. O aumento de cada R\$ 1 no salário mínimo implicava despesa extra de cerca R\$ 350 milhões, segundo cálculos do governo feitos em 2020.

Neste ano, o governo não repôs a inflação de 2020. A correção do salário mínimo foi de 5,26%, enquanto a inflação pelo INPC foi de 5,45% no ano passado. Ou seja, o salário mínimo deveria ser elevado em R\$ 2.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que não tem no momento nenhuma orientação de reposição imediata dos R\$ 2 que não foram incorporados ao salário mínimo deste ano. Normalmente, o governo faz uma compensação desse valor para que seja cumprido o preceito legal de que o salário mínimo deve garantir o poder de compra.

Waldery reforçou que o reajuste do mínimo é feito com base na inflação até 31 de dezembro e eventuais ajustes ficam normalmente para o ano seguinte.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Máscaras KN95 são mais eficientes. Entenda o porquê.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Bônus de até R\$ 15 mil para Sprinter!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Evolua com o MBA FGV.

FGV

LINK PATROCINADO

Acesse o Showroom Virtual Mercedes-Benz

BANCO MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Sofá 3 Lugares Pé Pali...

MOBLY

LINK PATROCINADO

Contribuinte está a um voto de vencer discussão no STJ

Jurisprudência sobre tributação da correção monetária das aplicações financeiras pode virar

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

16/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

O contribuinte está a um voto de vencer julgamento na 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e virar a jurisprudência sobre a possibilidade de excluir a tributação que incide sobre a correção monetária das aplicações financeiras. O placar está em dois votos a um. Faltam dois votos.

A 1ª Turma vinha decidindo a favor da tributação, assim como a 2ª - ambas de direito público. O que colaborou para o placar até então favorável ao contribuinte foi a mudança de entendimento da ministra Regina Helena Costa. Como o Supremo

Tribunal Federal (STF) entende que o assunto é infraconstitucional (Tema 1018), a última palavra será a do STJ.

O julgamento pode resultar em uma releitura de como é feita a tributação das aplicações financeiras hoje, segundo o ministro Gurgel de Faria. “Sei que o tema envolve pessoa jurídica, mas como na pessoa física a tributação também é exclusiva na fonte, a decisão tomada aqui vai trazer esse impacto, a releitura sobre a incidência do Imposto de Renda de aplicações financeiras”, afirmou.

O caso concreto trata de renda fixa e a Fazenda Nacional pediu na ação a limitação de eventual decisão contrária à tributação a esse tipo de aplicação. O julgamento foi retomado nesta semana pelo voto-vista da ministra Regina Helena Costa, que explicou sua mudança de posição em relação a outros precedentes.

O relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho (agora aposentado) já havia afastado a tributação. O ministro Gurgel de Faria divergiu, aplicando entendimento das turmas no sentido de que se sujeitam ao Imposto de Renda os rendimentos de aplicações financeiras, inclusive a correção monetária.

Para Regina Helena Costa, porém, o imposto sobre a renda não deve incidir sobre patrimônio, o que seria confiscatório (REsp 1660363). “A correção monetária tem como escopo preservar o poder aquisitivo da moeda diante de sua desvalorização nominal provocada pela inflação”, disse.

Ainda segundo a ministra, conforme julgados da Corte Especial do STJ em repetitivo (temas 235 e 369), a correção monetária plena é mecanismo para recomposição da efetiva desvalorização da moeda, para preservar o poder aquisitivo original, sendo um “minus” que se evita e não um “plus” que se acrescenta ao crédito.

Regina Helena Costa citou os repetitivos, julgados em 2010 e 2017, para dizer que não é possível usar esse entendimento sobre o que é correção monetária em algumas teses, mas não em outras. “Não se pode entender que a correção monetária é uma coisa para certos assuntos e outra para outros.”

A ministra disse divergir do fundamento usado pela 2ª Turma em dezembro de 2020 (REsp 1886 189) e replicado na 1ª. O fundamento é o de que a atualização monetária supõe existência de capital, então ela é acessória e o capital é o principal e o acessório segue o principal (conforme previsão do Código Civil). Para Regina Helena Costa, essa previsão do Código Civil para bens não se aplica ao caso de correção monetária.

Em seu voto, ela afirmou que “a recomposição monetária não pode ser alcançada pela incidência de IRRF porque não revela acréscimo patrimonial”. A ministra votou para reformar decisão de segunda instância que mantinha a tributação sob alegação de falta de previsão legal para dedução.

O entendimento vale para as aplicações em que é possível destacar o valor de correção monetária, segundo Regina Helena Costa. O que indica uma extensão menor do que o voto do relator, que não tinha feito esse recorte.

Após o voto, o ministro Benedito Gonçalves pediu vista, suspendendo o julgamento do assunto. Ele tem 60 dias para devolver o caso a julgamento.

Conteúdo Publicitário

Por dia, 16 caminhões de lixo têxtil saem da região do Brás em SP, revela novo estudo

Retomada do setor teve freada em março, diz governo

Para Secretaria de Política Econômica, haverá “forte recuperação” do segmento de serviços com vacinação em massa e a redução das medidas de distanciamento

Por **Fabio Graner** — De Brasília

16/04/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou nota informativa destacando que, com o dado de fevereiro, o setor de serviços retomou o nível pré-crise. Mas o órgão do governo admite que o bom desempenho dos últimos meses deve ter sido interrompido no resultado de março, devido à piora da pandemia e ao aumento de ações de isolamento social.

“Os bons resultados até fevereiro indicam que a economia continuou crescendo no começo deste ano, contrariando algumas projeções de mercado de forte retração

do PIB no primeiro trimestre devido ao fim do auxílio emergencial”, diz o texto. “O recrudescimento da pandemia, a grande quantidade de brasileiros infectados pela covid-19 e o aumento das regras legais de distanciamento afetarão negativamente o setor no mês de março... No entanto, a desaceleração será bem menor do que a ocorrida no início da pandemia.”

Para a secretaria comandada por Adolfo Sachsida, que de fato defendeu por meses que não haveria o “abismo fiscal” que muitos economistas estavam indicando que ocorreria, “a retomada consistente do setor de serviços se dará com o processo de vacinação em massa e continuidade da agenda de reformas e consolidação fiscal”.

A nota destaca que os serviços foram quem mais sofreram com a pandemia. Enquanto o comércio e a indústria atingiram o seu menor patamar em abril do ano passado, os serviços continuaram retraindo em maio, encolhendo quase 19% comparado a fevereiro de 2020.

O documento lembra que, a despeito da lentidão da retomada no ano passado, a expectativa da pasta era que os serviços contribuíssem para o crescimento do PIB nos últimos meses do ano passado e no início de 2021. “Os resultados até fevereiro de 2021 confirmam a retomada do setor. Dessa forma, o crescimento de 3,7% dos serviços elevou o patamar do setor para nível superior ao mês de fevereiro de 2020, anterior à pandemia.”

Segundo a secretaria, a retomada do setor não é homogênea para os seus diferentes segmentos, mas a maioria já voltou ao nível pré-pandemia. “Já o volume dos serviços prestados às famílias, apesar do bom resultado no mês de fevereiro, está quase 24 pontos percentuais abaixo do patamar de fevereiro de 2020. Esta atividade abrange os serviços de alojamento (como hotelaria), alimentação (restaurantes, por exemplo), atividade de ensino continuado, culturais, que foram prejudicadas significativamente pela pandemia.”

A expectativa da SPE é que, com vacinação em massa e a redução das medidas de distanciamento, “haja forte recuperação destes serviços”. O time de Sacshida salienta ainda que, apesar da deterioração da economia, a desaceleração em curso “será bem menor do que a ocorrida no início da pandemia”.

Conteúdo Publicitário

Água potável e saneamento garantem melhorias na educação e na economia

VALOR INVESTE

CVM detecta empresas agrícolas trabalhando como agente autônomo sem autorização

VALOR INVESTE

Leilão on-line tem 141 imóveis residenciais com descontos de até 75%

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Preços ao consumidor sobem 0,9% na zona do euro em março e ficam dentro do esperado

Em relação a mesmo mês de 2020, indicador teve alta de 1,3%

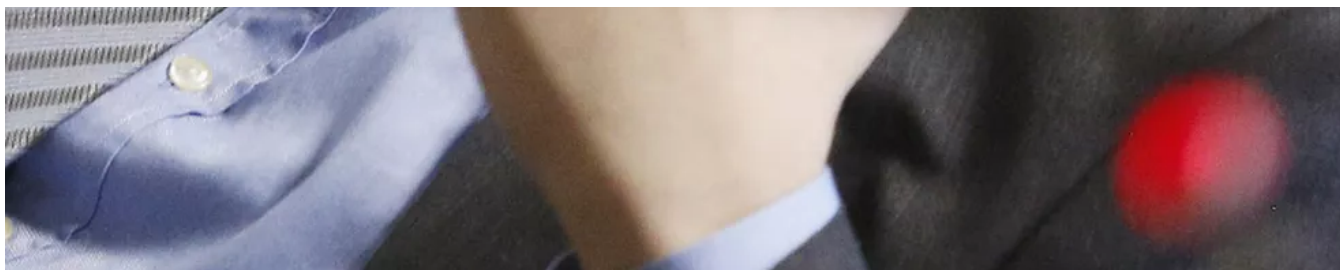
Inflação em alta “alivia” Orçamento de 2022 e amplia teto em R\$ 106 bi

Equipe econômica avalia que total de despesas vai cair como proporção do PIB

Por Fabio Graner, Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

16/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas





Felipe Salto: "A despesa previdenciária parece superestimada para 2022" — Foto: Dênio Simões/Valor

Enquanto corrói o poder de compra das famílias, a inflação elevada vai dar uma ajuda relevante para o governo poder gastar mais em pleno ano eleitoral. Segundo as projeções divulgadas ontem pelo governo no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, o teto de gastos crescerá R\$ 106,1 bilhões, mais que a soma do reajuste no limite constitucional de despesas feito nos últimos dois anos.

Isso ocorre porque o IPCA, índice de inflação que referencia a correção do teto, está projetado em 7,14% para os 12 meses a serem encerrados em junho deste ano, conforme a regra do teto.

Mesmo assim, a equipe econômica avalia que em relação ao tamanho da economia brasileira, o total de despesas (incluindo aquelas que podem ficar de fora do teto) vai cair, de 19,7% do PIB neste ano para 18,2% do PIB em 2022. Isso reflete um cenário de crescimento econômico de 3,2% para 2021 e 2,5% no próximo ano, conforme já estava indicado nas contas do Ministério da Economia divulgadas em março.

O PLDO é o texto que o governo é obrigado a enviar ao Congresso para subsidiar a elaboração do Orçamento, que tem que ser enviado até o fim de agosto de cada ano. Para tanto, pela lei essa proposta formalizada sempre no dia 15 de abril precisa ser aprovada até o recesso parlamentar de julho, o que com frequência não tem ocorrido.

O principal indicador do projeto é a meta de resultado primário. Conforme o **Valor** antecipou no início da semana, o objetivo para o ano eleitoral é um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões, uma significativa queda ante a estimativa de saldo negativo de R\$ 247,1 bilhões para este ano, e que ainda corre risco de aumentar por causa de medidas para o combate à segunda onda da pandemia.

Esse alvo estabelecido para 2022 considera um volume de receita líquida (após a transferência a Estados e municípios) de R\$ 1,45 trilhão, com alta de 7,8% sobre a atual projeção para os ingressos nos cofres federais em 2021. Esse desempenho mostra que a inflação mais alta também está favorecendo as contas públicas pelo lado da receita, já que o crescimento da economia não é tão intenso.

O PLDO também trouxe mudanças para evitar problemas na chamada “antevigência” do Orçamento, como está ocorrendo neste ano no qual a peça até agora não foi aprovada. A ideia é permitir a realização de mais gastos no início do ano eleitoral, inclusive em obras e nas estatais (*ver mais na reportagem abaixo*).

Mesmo com espaço maior de gastos em termos gerais, o orçamento livre para o governo alocar onde bem entende continua apertado. A estimativa para 2022 é de R\$ 96,7 bilhões nas chamadas despesas discricionárias, praticamente o mesmo volume do projetado para este ano no relatório bimestral. Mas ao projetado para o ano que vem podem se somar outros R\$ 16,9 bilhões de emendas parlamentares, que no PLDO entram como despesas obrigatórias, mas durante a execução passam a ser tratadas como discricionárias, conforme explicou o secretário de Orçamento Federal, George Soares.

O montante de despesas obrigatórias projetadas no PLDO é de 1,52 trilhão, o equivalente a 94% da despesa total estimada. Esse parâmetro é importante porque, acima de 95%, os gatilhos de contenção de despesas são acionados para o Executivo.

Dentro das despesas obrigatórias, o principal gasto é o com benefícios previdenciários, que estão calculados em R\$ 762,9 bilhões para o ano que vem. “A despesa previdenciária parece superestimada para 2022 no PLDO”, apontou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto. “A projeção da IFI é R\$ 741,8 bilhões. A inflação mais alta prevista para o INPC, no PLDO, em relação à projeção da IFI, explica apenas uma pequena parte da diferença. Dificilmente a Previdência ficará em valor tão elevado”, comentou.

Um dos motivos para o impasse no Orçamento, que até agora não foi sancionado, foi o que o governo chamou de subestimação de despesas obrigatórias, principalmente Previdência, pelo relator-geral da peça orçamentária de 2021, senador Marcio Bittar (MDB-AC). O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, que não permitiu perguntas sobre a crise do Orçamento de 2021, defendeu a projeção de despesas previdenciárias da LDO, dizendo que o governo age com conservadorismo e transparência em suas contas.

Waldery afirmou que o projeto encaminhando ontem demonstra o compromisso do governo com o processo de consolidação, embora ele mesmo tenha reconhecido que o país só deve voltar a ter superávits primários entre 2026 e 2027, um horizonte distante que ele disse que pode ser antecipado com medidas para “aumentar receita sem aumentar a carga tributária”, e outras iniciativas. □

Justiça Federal reduz tributação sobre rendimento financeiro

Sentença estabelece que inflação não pode ser incluída na base de cálculo do Imposto de Renda

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

16/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas





Eduardo Rosa Franco: inflação não poderia ser considerada renda — Foto: Divulgação

Pessoas físicas passaram a recorrer à Justiça para tentar reduzir a tributação sobre investimentos financeiros. Seguem o caminho aberto por empresas para retirar a inflação da base de cálculo do Imposto de Renda. As duas primeiras sentenças foram proferidas em Porto Alegre - uma delas, porém, foi revertida em segunda instância.

A argumentação, tanto das pessoas físicas quanto das empresas, é a de que a parcela correspondente à inflação apenas corrige o poder de compra e, por isso, deve ser descontada do rendimento e não pode ser considerada renda para fins de tributação. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) acompanha 731 processos que envolvem pessoas jurídicas.

A questão já foi levada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) por empresas. A jurisprudência, por enquanto, é desfavorável ao contribuinte. Porém, em julgamento na 1ª Turma, os ministros sinalizam uma mudança de entendimento. O placar está em dois a um a favor de uma companhia. Faltam dois votos (veja **Contribuinte está a um voto de vencer discussão no STJ**).

Em tempos de inflação alta e juros baixos, o impacto para o contribuinte é significativo, segundo o advogado Daniel Ávila Thiers Vieira, do Locatelli Advogados. Hoje, diz, os investimentos sofrem correção da Selic (2,75% ao ano) e inflação de 6,1% (IPCA em 12 meses), o que geram juros negativos de quase 2,5%. “A longo prazo, vai corroendo o patrimônio e diminuindo seu poder de compra”, diz.

Em decorrência das perdas, o advogado Márcio Louzada Carpena, do Carpena Advogados, que possui aplicações financeiras, entrou com mandado de segurança para tentar reduzir a tributação. Pediu que fossem expedidos ofícios às instituições financeiras para desobrigá-las de fazer a retenção do Imposto de Renda, além do direito à restituição ou à compensação dos valores indevidamente pagos nos últimos cinco anos, atualizados pela Selic.

De acordo com o advogado que atua no processo, Eduardo Rosa Franco, do Carpena Advogados, a tese é nova para as pessoas físicas. Para ele, a inflação não poderia ser considerada renda. Ao tratar da competência da União para tributar, diz,

o artigo 153, inciso III, da Constituição fala em impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, o mesmo afirma o artigo 43 do Código Tributário Nacional (CTN).

“Não existem dúvidas de que o imposto incide sobre a renda, cujo conceito envolve necessariamente o ganho real e efetivo, ou seja, a ocorrência de acréscimo patrimonial material, riqueza nova”, diz. Assim, acrescenta, os valores que preservam o poder de compra diante da inflação, como é o caso da correção monetária (IPCA), incidente sobre as aplicações financeiras, não correspondem a acréscimo patrimonial, o que impede que sejam tributados.

O caso foi analisado pelo juiz Ricardo Nuske, da 13ª Vara Federal de Porto Alegre. Na sentença, ela levou em consideração decisão monocrática da ministra Regina Helena Costa, do STJ, proferida em 2017. Ela entendeu que a parcela correspondente à inflação (lucro inflacionário) dos rendimentos de aplicações financeiras não se expõe à incidência do IRPJ e CSLL.

A decisão transitou em julgado (não cabe mais recurso). Favorece a fabricante de carrocerias de ônibus Marcopolo (REsp 1574231). Depois dela, a ministra mudou de entendimento e, agora, em julgamento na 1ª Turma, decidiu voltar atrás.

O magistrado ainda ressalta na decisão (processo nº 5046292-48. 2020.4.04.7100) que o entendimento referente ao IRPJ “é perfeitamente aplicável ao IRPF, uma vez que o ponto focal da questão é a incidência ou não de acréscimo patrimonial apto à incidência de Imposto de Renda”. Para ele, “sendo a correção monetária destinada a recompor o patrimônio corroído pela inflação, a mesma não pode ser incluída na base de cálculo para a incidência do tributo em questão”. A União já recorreu da decisão.

Outro caso semelhante, que envolve cinco contribuintes, também chegou a ter sentença favorável. Contudo, em outubro, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (região Sul) reformou a decisão, por unanimidade.

Para os desembargadores, “os ganhos auferidos com as aplicações financeiras devem ser computados na base de cálculo do IRPF pelo seu valor total e não apenas pelo montante correspondente à diferença entre o ganho obtido e a inflação

ocorrida no mesmo período” (processo nº 5005842-63.2020.4.04.7100). Os contribuintes já recorreram ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal.

O TRF da 4ª Região, em geral, tem dado decisões contrárias às empresas, segundo Eduardo Franco. “Lá o nosso trabalho será demonstrar que, apesar da tese ser a mesma, no caso da pessoa física existem outras peculiaridades”, diz. Para as pessoas físicas, acrescenta, a tributação é realizada na fonte (pelas instituições financeiras) e é definitiva, conforme prevê o artigo 76 da Lei nº 8.981, de 1995, ao contrário das empresas.

No entendimento do advogado Daniel Ávila Thiers Vieira, que representa algumas companhias, cabe discutir o tema no STF. Para ele, a tese tem semelhança com a discussão sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre a Selic nas ações de repetição de indébito tributário (RE 1063187), que ainda não começou a ser julgada pelos ministros.

Em nota, a PGFN afirma que “pode-se dizer que o entendimento desse juízo [13ª Vara Federal de Porto Alegre] é isolado”. E que “em outros casos, como por exemplo o nº 5005842-63.2020.4.04.7100, houve a reforma de sentença idêntica pelo TRF”. O órgão ainda ressalta que a sentença está fundamentada em decisão monocrática da ministra Regina Helena Costa, que mudou posteriormente de posicionamento.

Conteúdo Publicitário

Alcançar a neutralidade de carbono até 2050 é uma das metas da Braskem

VALOR INVESTE

Se inflação subir, vamos elevar juros para lidar com alta de preços, diz diretor do BC

VALOR INVESTE

Inflação deve atingir pico em junho e desacelerar até o fim do ano, diz Itaú

 **COMENTÁRIOS**

Ministério quer ampliar lista de despesas executáveis

Proposta libera, entre outros, icarãõ liberados os gastos com conservação e recuperação de rodovias

Por Mariana Ribeiro, Edna Simão e Fabio Graner — De Brasília

16/04/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Após as dificuldades enfrentadas neste ano pelo atraso na aprovação do Orçamento, o Ministério da Economia decidiu propor a ampliação da lista de despesas que poderão ser executadas em 2022 mesmo que a peça orçamentária não seja aprovada no prazo. Pela proposta, ficarão liberados os gastos, por exemplo, com conservação e recuperação de rodovias.

Na prática, além de incorporar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022 dispositivos que devem melhorar, na avaliação da Economia, a execução

orçamentária, a medida vai garantir que o presidente Jair Bolsonaro continue fazendo investimentos em um ano eleitoral, mesmo sem o Orçamento aprovado.

O PLDO de 2022, enviado ontem ao Congresso, permite também que sejam executados nesse caso o orçamento de investimento das estatais e as despesas de capital em até um vinte e quatro avos do valor previsto no Orçamento. As mudanças, segundo o Ministério da Economia, consideram “as demandas recebidas de diversos órgãos e as dificuldades para execução de determinadas despesas no início de 2021” e buscam aprimorar as regras da chamada antevigência do Orçamento.

O secretário de Orçamento Federal, George Soares, explicou que a experiência com a execução provisória neste ano mostrou que algumas despesas de investimento têm forte necessidade de execução no início do ano. É o caso, por exemplo, das despesas de manutenção da malha rodoviária.

“Tivemos muita informação do Ministério da Infraestrutura que, ao estar bloqueado esse gasto de investimento nas obras pequenas, de manutenção, no começo do ano, a deterioração da malha faz com que você acabe perdendo estradas”, disse. A ideia, acrescentou, é tentar fazer com que obras em andamento e de manutenção possam ser executadas em valor pequeno para evitar perdas futuras.

O Orçamento deste ano foi aprovado só no fim de março pelo Congresso e ainda aguarda sanção presidencial. O imbróglio inclui recursos voltados a obras públicas. Como mostrou o **Valor**, as dificuldades enfrentadas neste ano levaram a equipe econômica a discutir a inclusão na LDO de mecanismos para evitar problemas na execução do Orçamento também do ano que vem. Em 2021, foram necessários dois decretos para viabilizar os pagamentos de algumas despesas.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Temporada de balanços pode definir rumo das bolsas em Nova York

ENGIE desenvolve programas de gestão de recursos hídricos

VALOR INVESTE

Más notícias já estão no preço dos investimentos, avalia Morgan Stanley

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Preços ao consumidor sobem 0,9% na zona do euro em março e ficam dentro do esperado

Em relação a mesmo mês de 2020, indicador teve alta de 1,3%